
PESQUISA DE OPINIÃO COM OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DO PODER EXECUTIVO SOBRE O PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO DE GOIÁS



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Adriano da Rocha Lima

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Guilherme Resende Oliveira

Gerência de Assessoramento Estratégico

Evelyn de Castro Cruvinel

Gerência de Dados e Estatísticas

Evando Natal Fernandes de Oliveira

Gerência de Estudos Macroeconômicos

Juliana Dias Lopes

Gerência de Estudos Socioeconômicos e de Avaliação de Políticas Públicas

Alex Felipe Rodrigues Lima

Responsáveis Técnicos

Paulo Jackson Bezerra Vianna e Rui Rocha Gomes

Capa

Amilton Zoccoli

Revisão

Cristiane Silva Bernardo

Todos os direitos deste trabalho reservados ao IMB -
**Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos
Socioeconômicos**

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 26 – Setor
Central – Goiânia – GO.

E-mail: imb@goias.gov.br

As publicações do Instituto Mauro Borges de
Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) estão
disponíveis para download gratuito nos formatos PDF.

Acesse: <https://www.imb.go.gov.br>

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele
contidos, desde que citada a fonte. Reproduções
para fins comerciais são proibidas.

VIANNA, Paulo Jackson Bezerra; GOMES,
Rui Rocha.

Pesquisa de Opinião sobre o Programa
Compliance Público de Goiás. Goiânia:
Instituto Mauro Borges de Estatísticas e
Estudos Socioeconômicos, 2022.

Índices para catálogo sistemático:

1. Compliance; 2. Programa de
Compliance; 3. Questionário; 4. Survey; 5.
Ética; 6. Transparência; 7.
Responsabilização; 8. Gestão de Risco; 9.
Integridade; 10. Conformidade.

Sumário Executivo

- O trabalho é resultado de uma parceria entre a Controladoria-Geral do Estado (CGE) e o Instituto Mauro Borges (IMB). O objetivo da pesquisa foi apreender a opinião dos servidores públicos do executivo estadual sobre o Programa de *Compliance* Público do Estado do Goiás (PCP);
- O questionário para a aplicação da pesquisa foi disponibilizado online. O meio de disseminação foi por ofício, solicitando a participação dos servidores públicos, via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para todas as unidades no SEI, ligada aos 45 órgãos participantes. O período de aplicação da pesquisa foi de 20/07/2022 a 10/08/2022. Totalizou 7.002 respondentes;
- 7,5% dos servidores responderam à pesquisa, totalizando 6.908 respondentes válidos;
- Sobre as características dos respondentes, mais de 63% dos respondentes foram mulheres; 53,6% dos respondentes eram efetivos/estatutários;
- A maioria dos respondentes (79,3%) indicaram possuir algum nível de conhecimento sobre o Programa e 20,7% indicaram não conhecer o Programa. Sendo que 25% dos Superintendentes respondentes conhecem muito o programa; dos gerentes respondentes, 16,5%; e, dos sem cargo de chefia, 5,2%;
- Sobre quais são os assuntos abordados no Programa, as assertivas mais frequentes foram: 63,6% dos respondentes indicaram que o programa aborda “*A ética no serviço público*”, seguida de “*A transparência dos atos da administração pública*” (58,5%), a terceira mais indicada foi “*A gestão de risco dos processos/ações/atividades públicos*” com 47,1%;
- 36,5% dos respondentes indicaram que a Controladoria-Geral do Estado é o órgão de coordenação geral do PCP, porém 36% apontaram outros órgãos como responsável, ainda há 27,5% que não soube indicar quem seria o órgão de coordenação geral;
- 29,6% realizaram algum curso no Eixo Ética, 16,4% participaram de cursos no Eixo Gestão de Risco, 12,9% no Eixo Transparência e 12,2% no Eixo Responsabilização. Ressalta-se que 62,3% indicaram não ter participado de nenhum curso de *Compliance*;
- Sobre o Planejamento Estratégico, inquiriu-se sobre a participação na elaboração do planejamento estratégico, na qual 74,6% indicaram que

não participaram, os que participaram perfaz 19,8% e 5,6% afirmaram que o órgão não possui Planejamento Estratégico;

- A maioria indicou conhecer o novo Código de Ética e Conduta dos servidores públicos estaduais, sendo que 40,6% o leu e 39,7% conhece, mas não o leu. 19,7% indicaram não conhecer o código;
- Entre os meios utilizados pelo Poder Executivo Estadual para disseminar o tema ética, os mais mencionados foram: Informativos recebidos por SEI/e-mail/mensagens (34,65), Cursos (32,45), Comunicação dos superiores hierárquicos (29,4%), Palestras (28,6%);
- 53,4% concordam que as informações públicas devem ter o sigilo como regra;
- 84% dos respondentes concordam que o portal da transparência de Goiás é um bom instrumento de controle social;
- Apenas 27,4% dos participantes da pesquisa afirmam se sentirem totalmente seguros em realizar uma denúncia caso percebesse uma irregularidade;
- 93% dos respondentes concordam que prevenir é melhor que a punir no combate à corrupção;
- Nos órgãos em que há divulgação periódica de orientações sobre procedimentos em caso de condutas irregulares, o sentimento de segurança para denunciar irregularidades é maior;
- 38,4% dos respondentes indicaram que conhece a Matriz de Risco de seu órgão, 3,8% afirmaram que o órgão não possui Matriz de Risco e 57,8% não souberam dizer. Destacam-se os percentuais de respondentes por cargo que não sabem dizer se existe ou não Matriz de Risco em seus órgãos: dos superintendentes (28,9%), dos Gerentes ou equivalentes (27,1%) e dos sem cargo de chefia (61,7%).



Sumário

Introdução	6
Notas Metodológicas	9
1. Caracterização dos Respondentes	10
2. Dados Gerais sobre o Programa.....	18
3. Eixo Ética	29
4. Eixo Transparência	35
5. Eixo Responsabilização.....	41
6. Eixo Gestão de Risco	47
7. Relacionamento entre variáveis de alguns resultados	54
Considerações Finais	66
Bibliografia	67
ANEXO I – Questionário	70
ANEXO II	78

Pesquisa de Opinião com os servidores públicos estaduais do poder executivo sobre o Programa *Compliance* Público de Goiás

Paulo Jackson Bezerra Vianna¹
Rui Rocha Gomes²

Introdução

Este trabalho é resultado de uma parceria entre a Controladoria Geral do Estado (CGE) e o Instituto Mauro Borges (IMB), visando a apreender a opinião dos servidores públicos do executivo estadual sobre o Programa de *Compliance* Público do Estado do Goiás (PCP).

O referido Programa foi instituído pelo Decreto nº 9.406, de 18 de fevereiro de 2019, que o define, em seu Art. 2º, inciso I, como um:

Conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos, fomentando a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.

Do conceito, depreendem-se duas finalidades do PCP: assegurar a conformidade dos atos de gestão, tendo como referência padrões morais e legais; e, garantir o alcance dos resultados das políticas públicas, buscando a satisfação do cidadão³. Para a concretização desses propósitos, o Programa se vale de procedimentos e atividades que fomentam a ética, a transparência, a responsabilização e a gestão de risco, não por acaso, os quatro eixos estruturantes do PCP e que estão dispostos no Art. 3º do já citado decreto.

A instituição do Programa de *Compliance* Público de Goiás pelo Decreto nº 9.406/19 trouxe a obrigatoriedade da participação dos entes da administração direta e indireta do Estado. Tais entes, assim, são considerados o público-alvo do PCP e, ao mesmo tempo, agentes na disseminação e concretização das diretrizes do Programa.

¹ Pesquisador do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos – IMB. Mestre em Economia. E-mail: paulo.vianna@goias.gov.br.

² Pesquisador do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos – IMB. Mestre em Geografia. E-mail: rui.gomes@goias.gov.br.

³ Para maior aprofundamento acerca dos objetivos do PCP, inclusive com desagregação em objetivos específicos, acessar o site da CGE: <https://www.controladoria.go.gov.br/>.

O cenário da implantação do PCP em Goiás está dentro do contexto do debate sobre a necessidade de se estabelecer normas e procedimentos buscando a garantia da conformidade dos atos na gestão pública. Com isso, evitar-se-ia atos corruptivos, contribuindo para a melhor performance das políticas públicas.

Nesse sentido, no Brasil, após a Lei nº 12.846/2013, o tema ganha destaque e pululam palestras, seminários e cursos sobre corrupção, conformidade e integridade. Logo surgem os programas de *Compliance* como uma possibilidade de aperfeiçoar o controle interno das organizações.

Registra-se que os programas de gestão de risco, de *Compliance* e de integridade se sucedem de acordo com a transformação histórica das necessidades organizacionais. Assim, apesar de tratarem de aspectos diferentes, esses programas têm intersecções e, por vezes, coexistem num mesmo ambiente ou conjuntura.

Sobre esses temas, Melo (2019) indica que a gestão de risco detecta e localiza os riscos, avalia-os e administra-os. Por outro lado, os programas de conformidade estão relacionados ao cumprimento de normas e procedimentos, mais pertinente aos riscos legais. Já os tópicos de integridade são voltados às pessoas e aos ideários da ética. Destarte, os dois primeiros se direcionam para a instituição e o último tem como foco as pessoas.

Os programas de *Compliance* e de integridade possuem diversos temas caros ao combate à corrupção. Destaca-se a necessidade de seguir regras, normativas de condutas e denúncia, bem como referenciais éticos e morais. Diante disso, outra característica desses programas é o papel dado à alta administração, que deve servir de exemplo ao demais servidores. No processo de sensibilização e conscientização quanto às diretrizes dos programas, a conduta da alta administração passa a ser o espelho do órgão.

Portanto, é nesse contexto que o Programa de *Compliance* Público do Estado de Goiás se insere.

Levando isso em conta, o objetivo da pesquisa, que aqui se apresenta, foi o de apreender e contextualizar a opinião dos servidores públicos estaduais sobre PCP. Procurou-se extrair a percepção dos servidores desde a concepção geral até as especificidades dos quatro eixos do Programa.

Dentre os objetivos específicos estão: a elaboração e aplicação do questionário para pesquisa de opinião (*survey*) aos servidores públicos ativos do poder executivo estadual de Goiás; compreender a percepção dos servidores quanto aos efeitos das atividades e ações do Programa, verificando as diferenças e semelhanças de acordo com as funções e tipo de atividade exercidas; conhecer os pontos de vista dos servidores quanto aos temas relacionados ao PCP; e, subsidiar, por meio dos dados e informações obtidas, os gestores do PCP na detecção de pontos de melhoria no Programa.

O servidor é o integrante mais importante do funcionamento da administração pública. Por conseguinte, apreender como os servidores públicos enxergam a execução do PCP é de grande valia para captar as nuances da execução do Programa dentro da administração estadual. Ao se apresentar as opiniões dos agentes públicos, possibilita-se que os gestores do PCP tenham conhecimento sobre a inserção de suas atividades e ações no cotidiano de trabalho do estado. Esse conhecimento permite, ainda, a visualização de boas práticas e dos pontos que carecem de ajustes no desenvolvimento do Programa.

Para se atingir esses objetivos, utilizou-se como instrumento de pesquisa a aplicação de questionário online, disponibilizado para todos servidores públicos do poder executivo estadual. O meio de disseminação foi por meio de ofício enviado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para 10.612 unidades SEI, ligadas aos 45 órgãos participantes do PCP. O período de aplicação da pesquisa foi de 20/07/2022 a 10/08/2022, obtendo um total de 7.002 respondentes.

No processo de tratamento da base de dados, excluiu-se 94 indivíduos participantes por não se enquadrarem no público-alvo da pesquisa, restando portanto 6.908 respondentes válidos e que equivalem 7,3% do universo perscrutado.

O presente relatório está dividido em nove partes, além dessa introdução, em seguida descreve-se os aspectos metodológicos. As seções seguintes apresentam os resultados, a primeira traz o perfil socioeconômico dos respondentes, caracterizando-os quanto a idade, sexo, local de trabalho, renda e outros aspectos que buscam conhecer as particularidades de quem respondeu à pesquisa; em seguida apresentam-se as respostas às questões relacionadas



aos temas gerais do PCP; nas terceira, quarta, quinta e sexta seções, visualizam-se os resultados para os questionamentos dos eixos de ética, transparência, responsabilização e gestão de risco, respectivamente; no sétimo tópico, realiza-se uma tentativa de inter-relacionar alguns aspectos, especialmente os alusivos ao perfil dos respondentes, com itens considerados de maior relevância quando da análise descritiva. Para terminar, fecha-se o relatório com as considerações finais acerca do trabalho, trazendo apontamentos visando a contribuir com o Programa. Há que destacar em anexo uma parte importante do trabalho. O questionário em que se descreve as perguntas e atributos de todos os itens do questionário.

Notas Metodológicas

Para se atingir os objetivos pretendidos, valeu-se de técnicas e metodologias de pesquisa notadamente voltadas à elaboração e aplicação de questionários. Dentro desse cabedal, realizou-se uma revisão bibliográfica, buscando elementos relacionados aos assuntos do PCP e também à elaboração de *survey*. Além disso, fez-se um intenso levantamento de questões já testadas em outros trabalhos técnicos-científicos e que versavam sobre a temática; realizou-se entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos eixos do PCP no intento de assimilar os pontos mais importante de cada eixo e, assim, permitir a construção de itens do questionário que fossem atinentes aos anseios dos coordenadores.

Ainda quanto à metodologia, ministrou-se pré-testes para identificar possível vieses, equívocos ou qualquer dificuldade de compreensão dos itens por parte dos respondentes. O primeiro pré-teste foi realizado de forma presencial e com poucos participantes, todos cientes da natureza experimental do questionário, com o intuito de verificar, além dos quesitos anteriores, a fluidez das questões e as dificuldades com os temas abordados. Após o tratamento dessa primeira testagem, aplicou-se questionários de maneira virtual, já com caráter mais próximo do instrumento final, com um número maior de participantes (50) e não cientes de que se tratava de um teste. Por fim, o instrumento passou pela avaliação do demandante (CGE) que sugeriu a exclusão de algumas questões e acréscimo ou modificação de outras.

Após as alterações necessárias, advindas dos pré-testes, procedeu-se ao envio dos links de acesso ao questionário, elaborado na plataforma do Google Formulários. Para a disseminação da pesquisa, utilizou-se o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para envio de ofício às 10.612 unidades SEI, ligadas aos 45 órgãos cadastrados no PCP, solicitando que todos os servidores da unidade participassem na pesquisa. O período de aplicação da pesquisa foi de 20/07/2022 a 10/08/2022, obtendo um total de 7.002 respondentes. Trata-se, por conseguinte, de uma sondagem com amostragem por conveniência.

No processo de tratamento da base de dados, excluíram-se 94 indivíduos participantes por não se enquadrarem no público-alvo da pesquisa, restando portanto 6.908 respondentes válidos, o que equivale a 7,3% do universo perscrutado.

1. Caracterização dos Respondentes

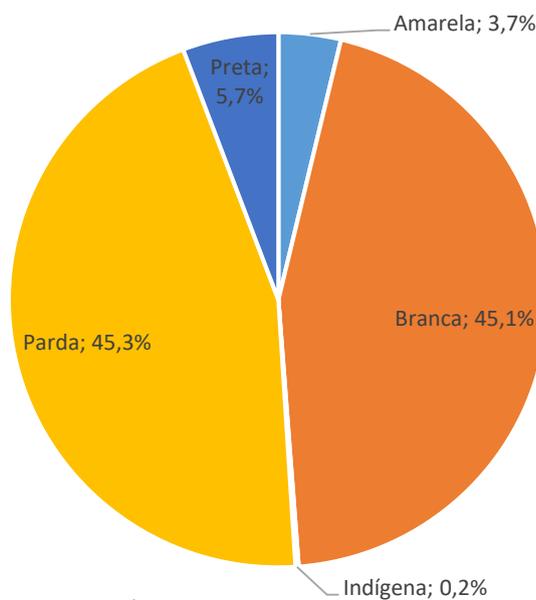
A análise das características dos respondentes é ponto fundamental para a compreensão da população que faz parte da pesquisa. Além disso, é importante para as análises saber como cada grupo de comporta frente às questões, quais suas percepções e alinhamentos diante dos assuntos tratados pelo Programa de *Compliance* Público de Goiás.

Nesse sentido, perceber que 63,2% dos respondentes são mulheres é pertinente para as inferências⁴ e exibições dos dados. No universo do quadro de servidores, elas representam 56% do total. Assim, a diferença entre as respondentes e o universo de servidoras supera os sete pontos percentuais. Além disso, ainda é preciso indagar: por que a pesquisa não conseguiu atrair, na mesma proporção, o quantitativo de servidores do sexo masculino. Eles representam 44% do total de servidores e são 36,7% dos respondentes da pesquisa, uma diferença de 7,3 pontos percentuais. Numa ilação indireta desse resultado, cabe sondar se há similaridades no envolvimento de homens e mulheres nas atividades do PCP.

⁴ Utilizou-se, aqui e em todo o texto, os termos 'inferência' ou 'inferir' em suas acepções originais, ou seja, com significado de assimilação por meio de premissas, indícios, vestígios, sinais indicativos. Aproxima-se aos sinônimos de ilação, apreensão, depreender. Portanto, não guarda correspondência ao uso adjetivado em algumas ciências, por exemplo: inferência lógica, inferência estatística, inferência linguística.

No mesmo direcionamento, o Gráfico 1.1 mostra a distribuição dos respondentes segundo a cor declarada. Percebe-se que os negros (pardos e pretos) representam 51% dos respondentes, seguido dos declarados brancos com 45,1%.

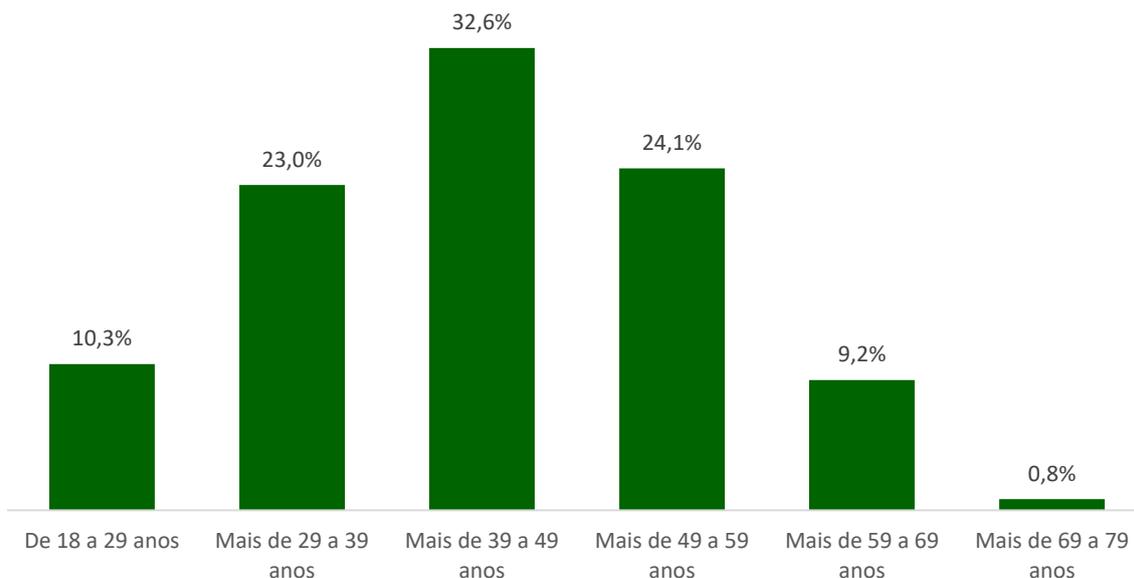
Gráfico 1.1. Percentual dos respondentes segundo a cor - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Quanto à idade, nota-se uma predominância de respondentes nas faixas etárias acima de 39 anos, com maior peso para aqueles situados entre 39 e 49 anos (Gráfico 1.2). Essa faixa etária também é a de maior representatividade no quadro de servidores públicos estaduais (35%). É conveniente ressaltar a presença de servidores de 18 a 29 anos entre as respostas recebidas, perfazendo mais de 10%, percentual similar ao encontrado no quadro de servidores.

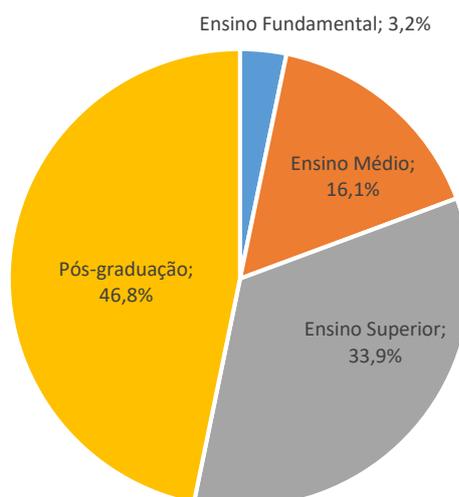
Gráfico 1.2. Distribuição dos respondentes segundo a faixa etária - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Gráfico 1.3 traz as escolaridades dos respondentes segundo o nível mais elevado de conclusão. Observa-se que 80,7% têm ao menos o curso superior, sendo que desses, 58% possuem pós-graduação (notadamente especialização, 85% dos pós-graduados).

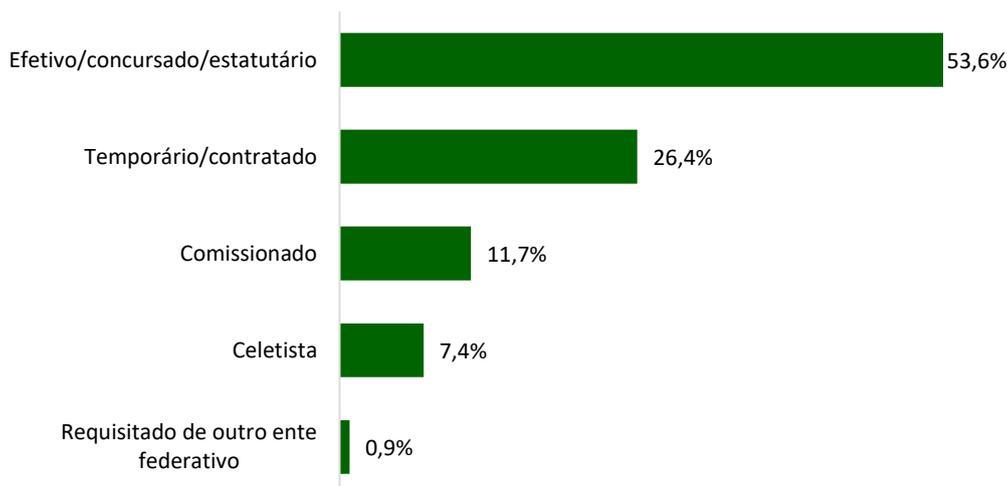
Gráfico 1.3. Distribuição dos respondentes segundo a escolaridade - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Analisando o vínculo dos respondentes (Gráfico 1.4), verifica-se que mais de 60% possuem vínculo duradouro com a administração pública, sendo efetivos/concursados (53,6%) ou celetistas (7,4%). Por outro lado, há um elevado percentual de servidores em regime de contrato ou temporário, totalizando 26,4% daqueles que responderam à pesquisa.

Gráfico 1.4. Distribuição dos respondentes segundo o vínculo com o Estado de Goiás - 2022

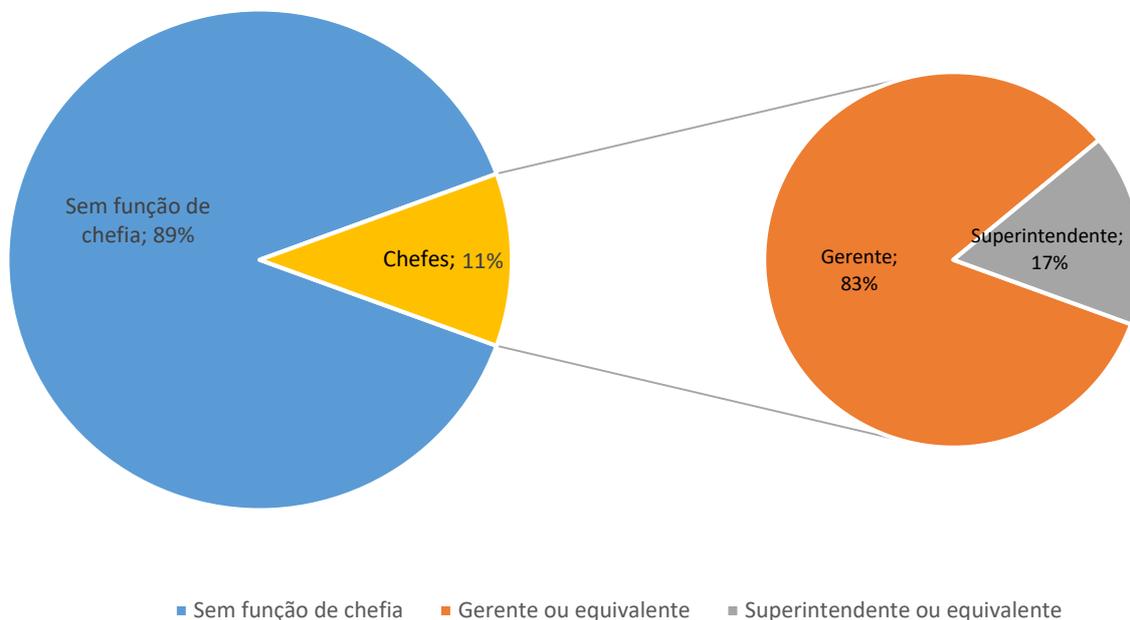


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Outro aspecto relevante de caracterização dos respondentes, reside na função exercida por eles. Nesse caso, questionou-se apenas se a função seria de chefia ou não e, sendo de chefia, se se enquadrava como gerente ou superintendente. Pelo Gráfico 1.5, observa-se que quase 89% das respostas foram obtidas de servidores sem função de chefia. Contudo, não deixa de ser representativo o percentual de 11% de chefes respondentes do questionário (distribuídos em gerentes ou equivalentes, com 9,3%, e superintendentes ou equivalentes ou superior, com 1,9%).

Além da função de chefia, outro dado importante para estratificar as informações é saber se o servidor participa da elaboração de políticas públicas. Tal informação é interessante para dimensionar ações que levam em conta esse fato. Nesse sentido, é relevante saber que 25,9% dos respondentes informaram estarem envolvidos na elaboração de políticas públicas.

Gráfico 1.5 - Distribuição dos respondentes segundo a função de chefia - Goiás - 2022



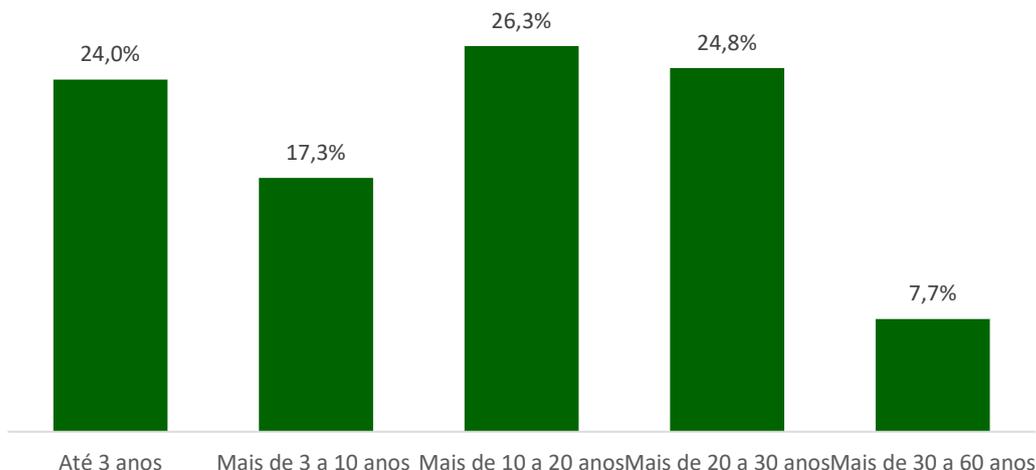
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Quando se analisa o tempo de serviço público, fornecido pelo Gráfico 1.6, verifica-se que a maioria dos respondentes contam com mais de 10 anos de atividade no setor público⁵. Coadunado ao vínculo, o tempo de serviço público é um fator valioso na análise das informações de percepção e opinião, pois tais características revelam o caráter de permanência e continuidade do agente na vivência do serviço público.

⁵ Vale ressaltar que se questionou todo o tempo de serviço público, não apenas aquele no Estado de Goiás.

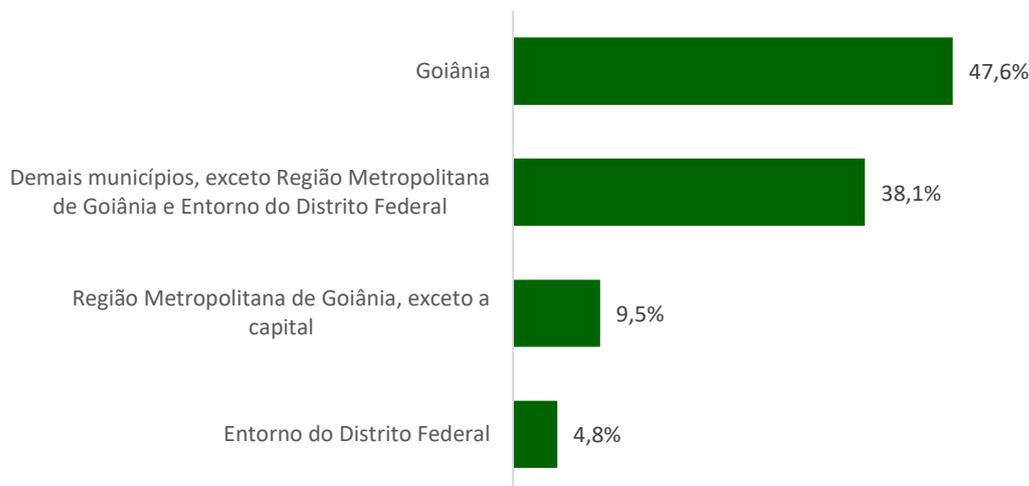
Gráfico 1.6. Distribuição dos respondentes segundo a faixa de tempo de serviço público - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Gráfico 1.7 expõe a distribuição segundo o local de lotação no estado. Percebe-se, como esperado, a predominância no município de Goiânia. A Capital também é o principal município de lotação dos servidores estaduais, apesar da proporção ser inferior à dos participantes da pesquisa, 47,6% para esta e 33,9% para aquela. De qualquer modo, é relevante notar que os servidores dos municípios do interior (notadamente aqueles fora das regiões metropolitanas) obtiveram uma participação considerável, com mais de 38%, atestando o espraiamento da pesquisa pelo território goiano.

Gráfico 1.7. Respondentes segundo o local da lotação - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

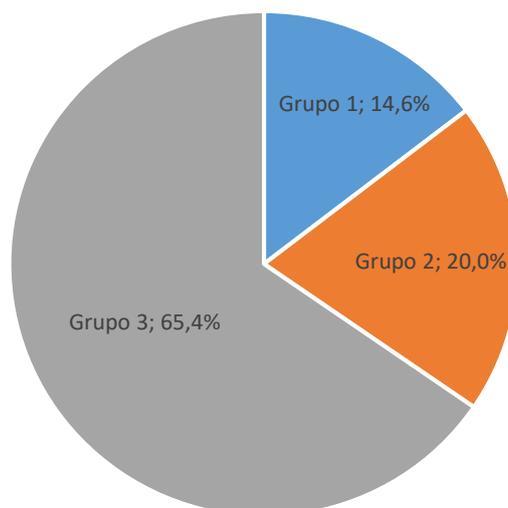
No tocante à lotação nos órgãos públicos estaduais (Gráfico 1.8), verifica-se que a distribuição dos respondentes se assemelha a dos servidores como um todo. O Grupo 3, que traz o maior percentual de respondentes, é o que detém os órgãos com maior número de servidores⁶, como as Secretarias de Educação, Saúde e Segurança Pública.

⁶ **Grupo 1** – Agehab, AGR, Casa Civil, Ceasa, CGE, Fapeg, GoiasFomento, GoiasParcerias, Goiasprev, GoiasTelecom, GoiasTurismo, Juceg, Seapa, Secom, Secretaria da Retomada, Segov, SIC, Vice Governadoria;

Grupo 2 – Agência Brasil Central, Agrodefesa, Casa Militar, Codego, Emater, Goinfra, Ipasgo, Metrobus, PGE, Secult, Secretaria de Esporte e Lazer, SEDI, SEDS, Semad, SGG;

Grupo 3 – Corpo de Bombeiros Militar, Detran, DGAP, DGPC, Polícia Militar, SEAD, Secretaria da Economia, Secretaria da Segurança Pública, Seduc, Saneago, Secretaria da Saúde, UEG;

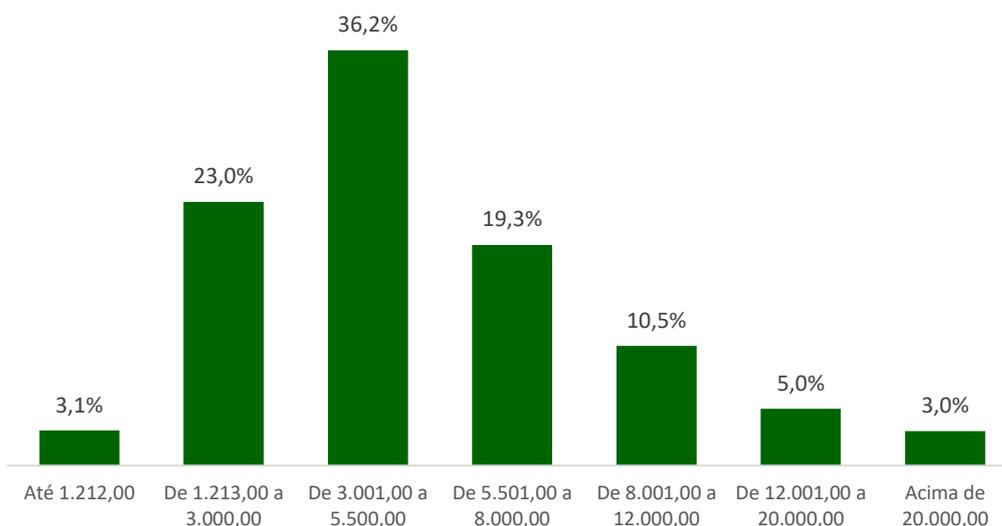
Gráfico 1.8 - Respondentes segundo o grupo do órgão de lotação - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Aspecto similar é observado no Gráfico 1.9, que dispõe os respondentes segundo a faixa de rendimento. Observa-se que a maioria (62,3%) tem vencimento de até R\$ 5.500,00. Essa também é a realidade para o quadro dos servidores estaduais em sua totalidade.

Gráfico 1.9 - Distribuição dos respondentes segundo o faixa salarial - Goiás - 2022



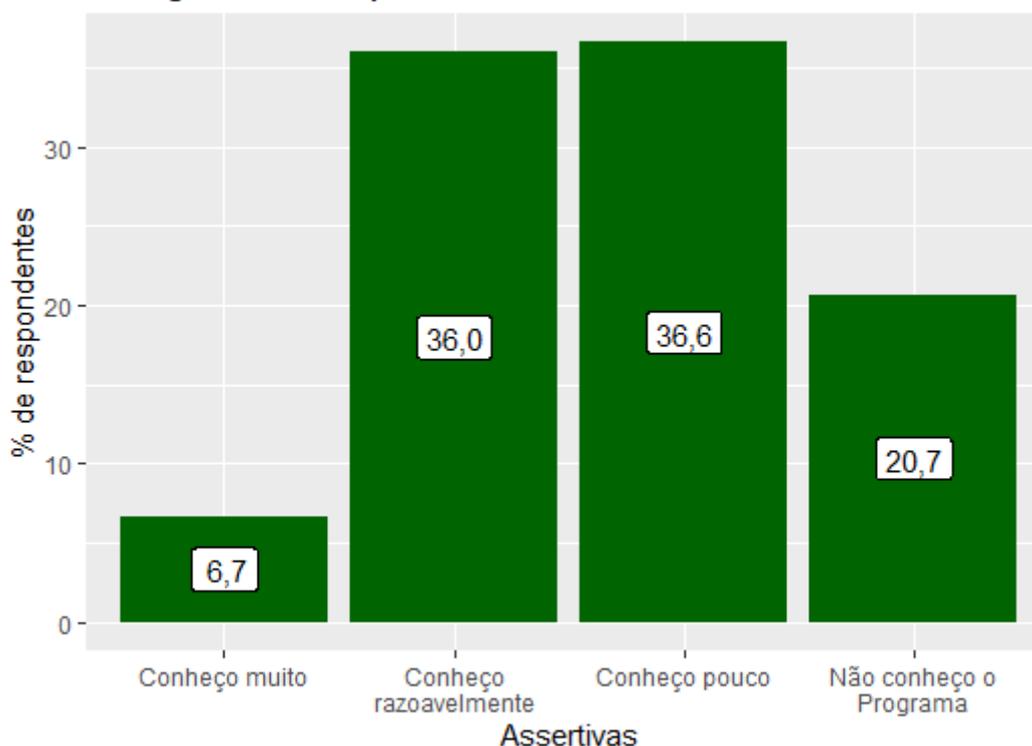
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

2. Dados Gerais sobre o Programa

Esta seção apresenta os resultados sobre a percepção dos servidores públicos do poder executivo estadual que responderam à pesquisa sobre o Programa de *Compliance* Público em relação aos aspectos gerais do Programa. Reitera-se que o questionário está anexo.

A maioria dos servidores públicos indicam conhecer em algum grau o PCP (Gráfico 2.1). Na questão “*Como você avalia seu conhecimento sobre o Programa de Compliance Público de Goiás?*”, 6,7% dos respondentes indicaram conhecer muito o Programa, 36% indicaram que conhecem razoavelmente, 36,6% indicaram conhecer pouco e 20,7% indicaram que não conhecem o PCP. Esta seção irá apresentar os dados considerando todos os respondentes e, em algumas questões, analisa também filtrando-se somente aqueles que conhecem o Programa.

Gráfico 2.1 - Como você avalia seu conhecimento sobre o Programa de Compliance Público de Goiás? - Goiás - 2022

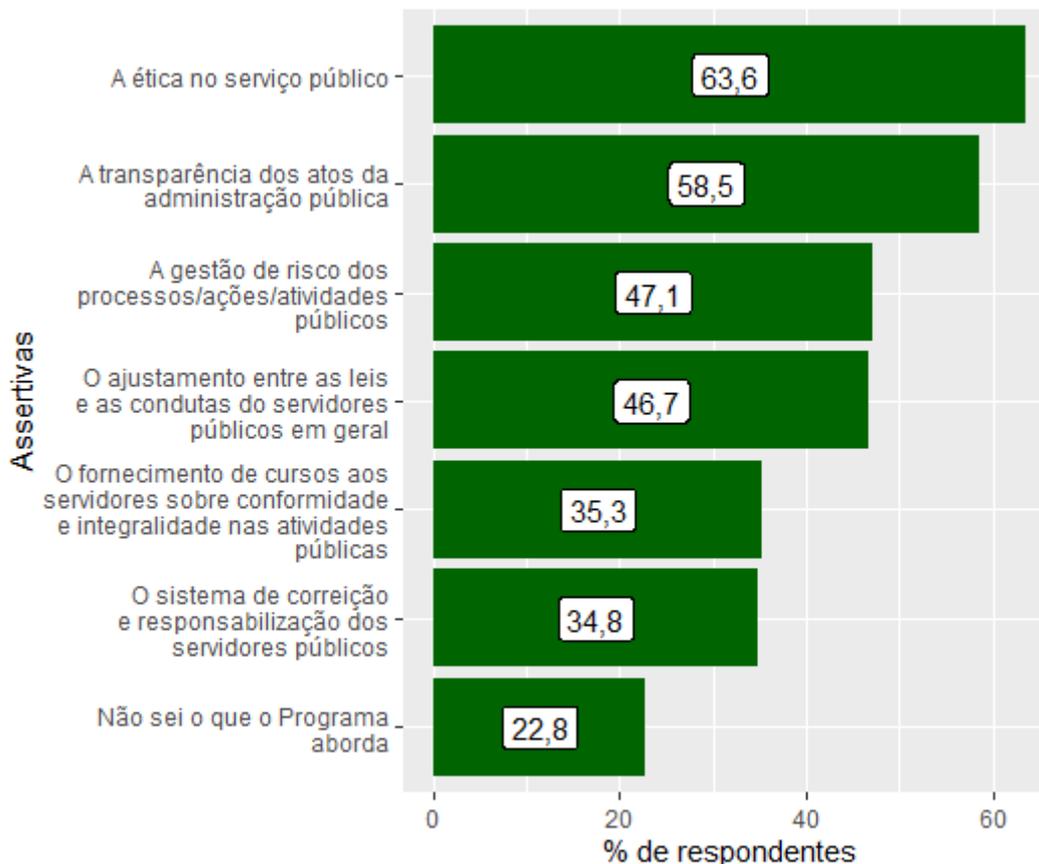


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Em relação a quais assuntos são abordados no Programa (Gráfico 2.2), as assertivas mais frequentes foram: 63,6% dos respondentes indicaram que o programa aborda “*A ética no serviço público*”, seguida de 58,5% que indicaram abordar “*A transparência dos atos da administração pública*”, a terceira mais indicada foi “*A gestão de risco dos processos/ações/atividades públicos*” com 47,1%. As assertivas de menor frequência foram: “*O sistema de correição e responsabilização dos servidores públicos*” (34,8%) e “*Não sei o que o Programa aborda*” (22,8%). A pergunta era de múltipla escolha, portanto, a soma das assertivas ultrapassa os 100%.

Considerando apenas o grupo dos respondentes que indicaram conhecer o Programa, 5.475 respondentes, a ordem das assertivas se mantém, com a “*A ética no serviço público*” correspondendo a 78,3% dos respondentes que conhecem o programa, seguido da “*A transparência dos atos da administração pública*” (72,1%). A maior alteração percentual fica nos que não sabem o que o programa aborda correspondendo a 5,3%.

Gráfico 2.2: De acordo com o que você conhece, o Programa de Compliance Público de Goiás aborda - Goiás - 2022

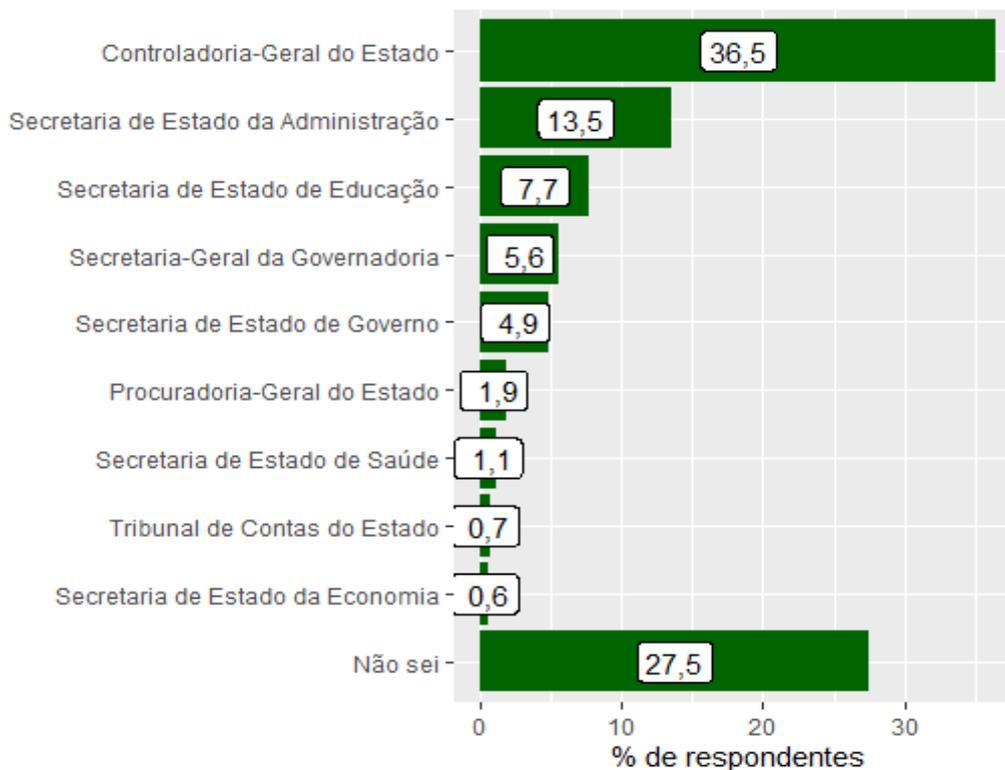


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Ao questionar qual é o órgão de coordenação geral, a principal resposta foi a Controladoria-Geral do Estado (36,5%), enquanto 36% dos respondentes indicaram algum outro órgão como responsável, ainda há 27,5% que não souberam indicar quem seria o órgão de coordenação geral do PCP (Gráfico 2.3).

Se considerarmos apenas os respondentes que indicaram conhecer o programa, 45,2% apontaram que o coordenador geral do PCP é a Controladoria-Geral do Estado, enquanto 42,6% designaram algum outro órgão como responsável, e 12,2% que não souberam dizer qual seria o órgão de coordenação geral do PCP.

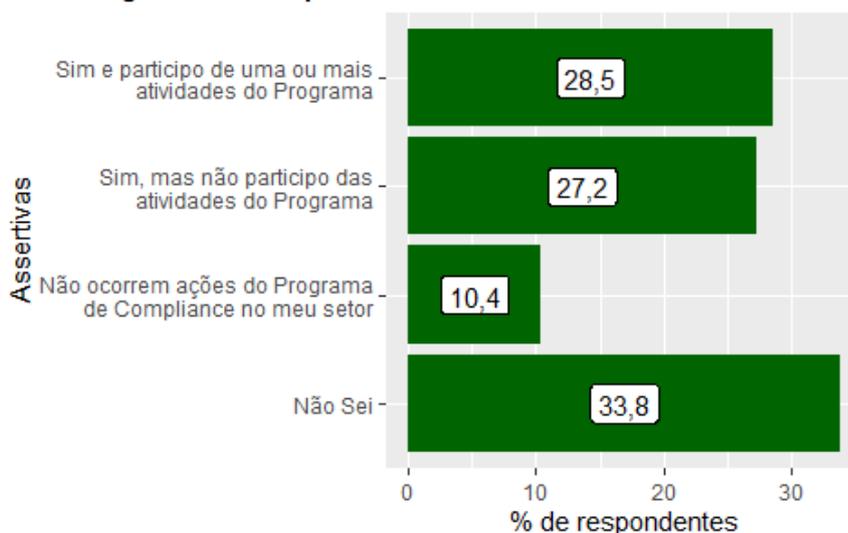
Gráfico 2.3: De acordo com o que você conhece, qual é o órgão de coordenação geral no estado do Programa de Compliance Público de Goiás? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Na questão “No setor onde você trabalha ocorrem ações do Programa de Compliance Público de Goiás?”, trazida pelo Gráfico 2.4, 28,5% afirmaram que ocorrem ações e participam de uma ou mais atividades do Programa, enquanto 27,2% indicaram que ocorrem ações do Programa no setor que trabalham, mas que não participam das atividades. 10,4% informaram que não ocorrem ações do PCP no setor em que trabalham e 33,8% não sabem dizer.

Gráfico 2.4 - No setor onde você trabalha ocorrem ações do Programa de Compliance Público de Goiás? - Goiás - 2022

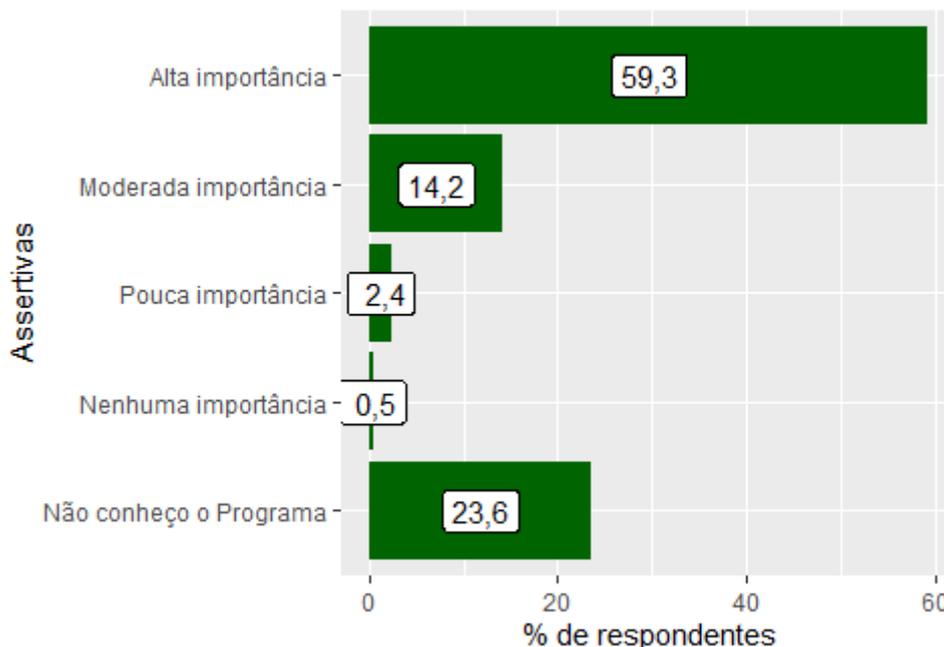


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Na questão sobre qual a importância do Programa de *Compliance* Público de Goiás para a administração pública, 59,3% dos respondentes indicaram possuir “*Alta importância*”, 14,2% disseram ter “*Moderada importância*”, Pouca ou Nenhuma importância correspondem a 2,9%, enquanto 23,6% afirmaram não conhecer o Programa (Gráfico 2.5).

Se considerarmos apenas os respondentes que conhecem o Programa, 72,7% indicaram possuir “*Alta importância*”, 17,4% afirmaram ter “*Moderada importância*” e 6,5% indicaram não conhecer o Programa.

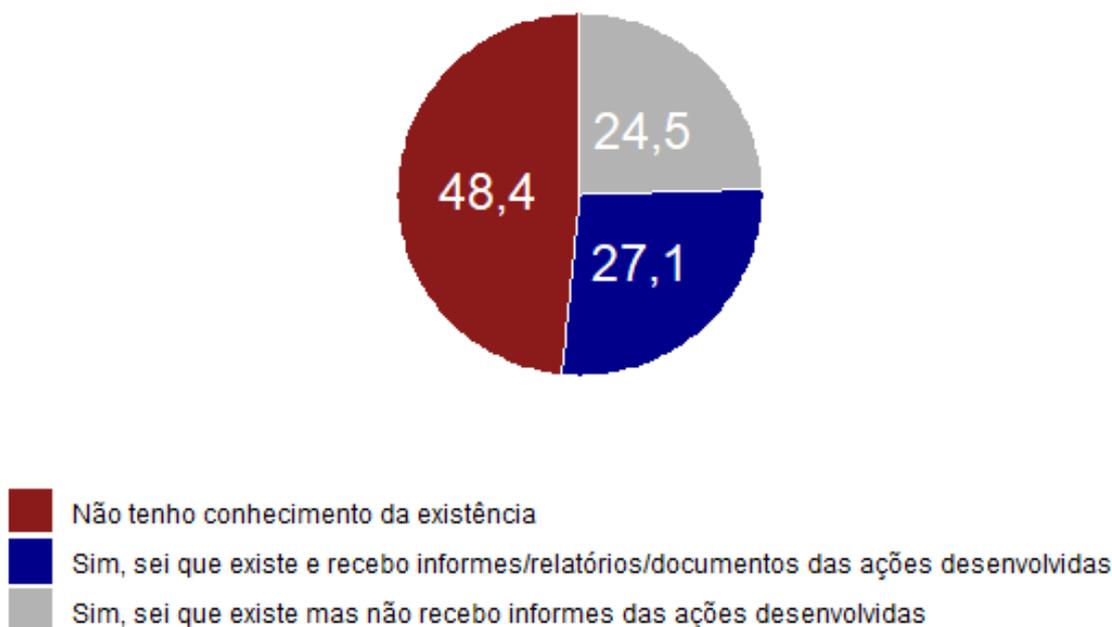
Gráfico 2.5 - Considerando seu conhecimento, qual a importância do Programa de Compliance Público de Goiás para a administração pública? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Escritório de *Compliance* Público é uma extensão e um reforço na tentativa de descentralizar a responsabilidade da execução do *Compliance* dentro dos órgãos, sendo uma ação em processo de implementação, instituído após o início do Programa. Nesse sentido, foi realizada uma questão sobre o conhecimento da existência do Escritório de *Compliance* Público no órgão, sendo que 48,4% indicaram não ter conhecimento da existência, 27,1% afirmaram que existe e que recebem informativos das ações desenvolvidas e 24,5% disseram que conhecem, mas que não recebem informes sobre as ações desenvolvidas (Gráfico 2.6).

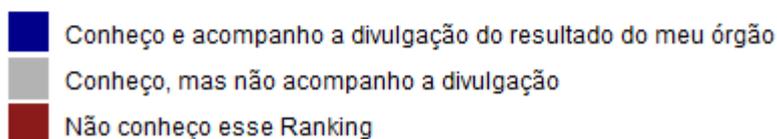
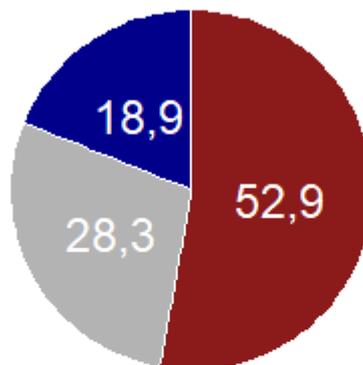
Gráfico 2.6 - Você tem conhecimento da existência do Escritório de Compliance Público (ou Secretaria Executiva ou similar) em seu órgão? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

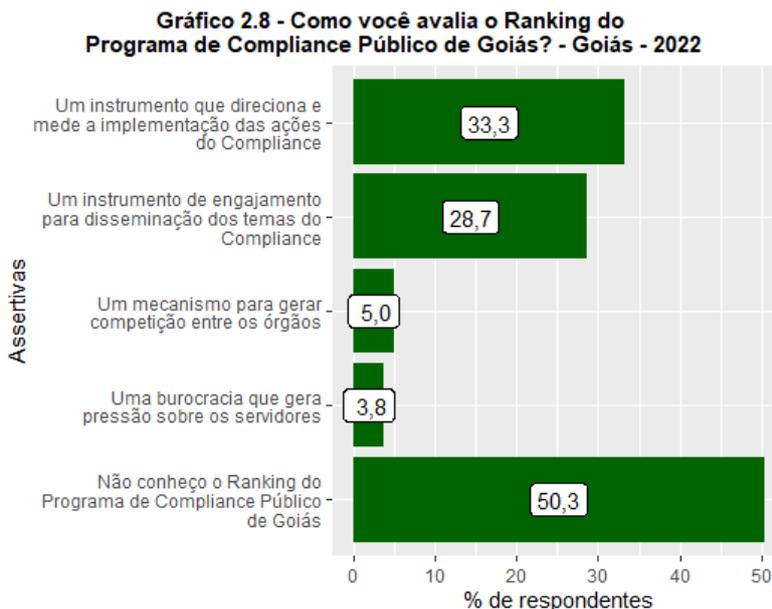
O Ranking do PCP é um instrumento considerado importante para a Coordenação Geral do PCP. É realizado de forma anual, com a finalidade de estimular a participação e gerar algum senso de competitividade entre os órgãos. Assim, foram construídas duas perguntas sobre o Ranking. Na primeira (Gráfico 2.7), indagou-se sobre o conhecimento do Ranking do PCP. Nesta, 52,9% responderam não conhecer o Ranking, 28,3% conhecem mas não acompanham a divulgação e 18,9% conhecem e acompanham a divulgação do resultado do seu órgão.

Gráfico 2.7 - Você conhece o Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás? - Goiás - 2022



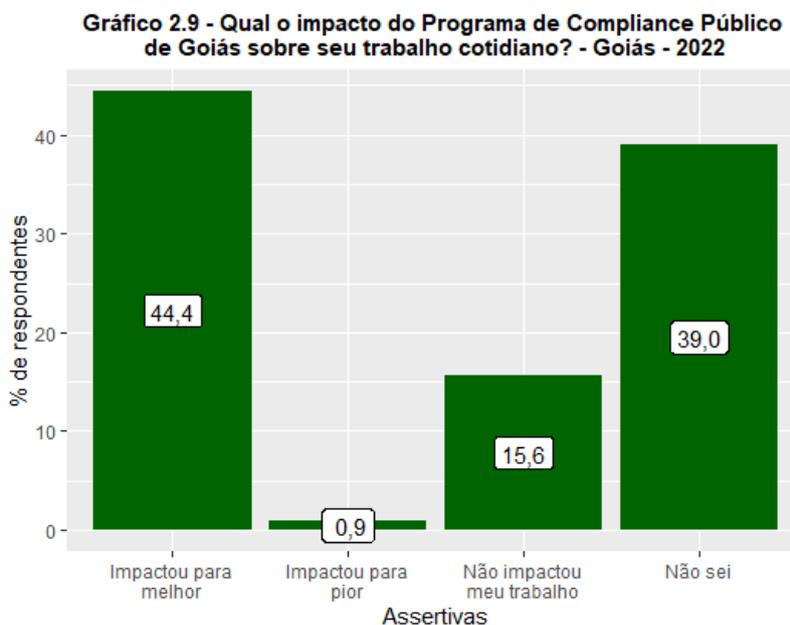
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

A segunda pergunta (Gráfico 2.8) foi sobre a avaliação do Ranking do PCP. Aqui, 33,3% o indicaram como “*Um instrumento que direciona e mede a implementação das ações do Compliance*”, 28,7% afirmaram se tratar de “*Um instrumento de engajamento para disseminação dos temas do Compliance*”. Destaca-se que um baixo percentual associou o ranking a aspectos negativos. Ainda, 50,3% disseram não conhecer o Ranking do PCP de Goiás.



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

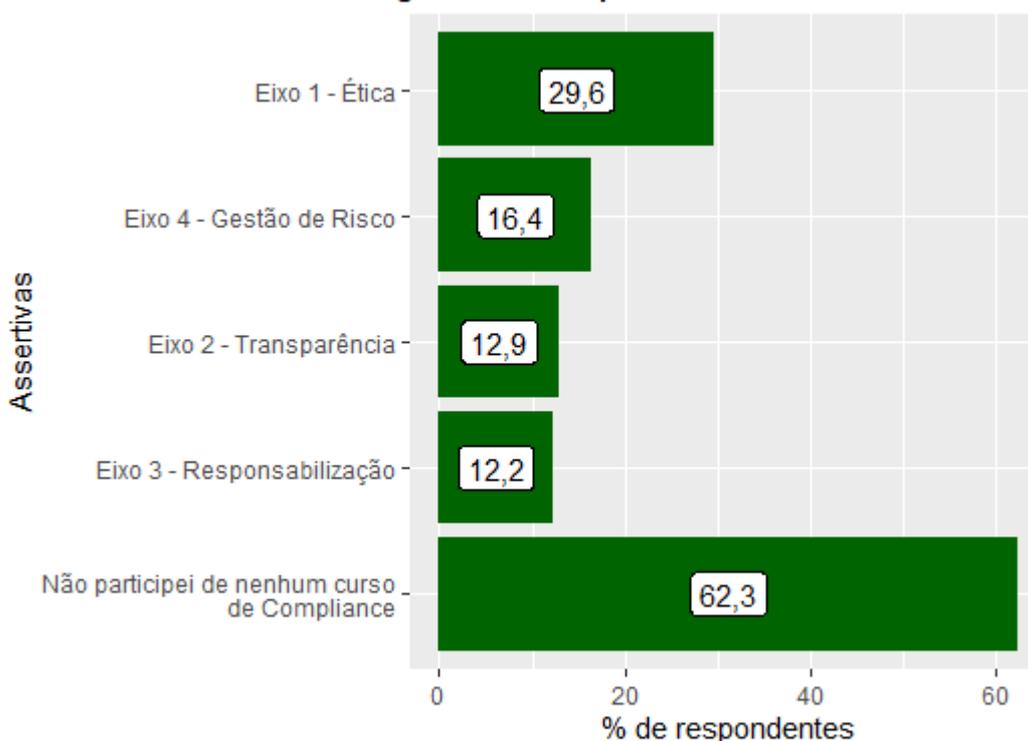
Em relação ao impacto do PCP no trabalho cotidiano do respondente, foi realizada a seguinte pergunta “Qual o impacto do Programa de Compliance Público de Goiás sobre seu trabalho cotidiano?”, 44,4% responderam que impactou para melhor e 0,9% indicaram que foi para pior. Ainda, 15,6% afirmaram que não impactou seu trabalho e outros 39% não sabiam (Gráfico 2.9).



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Um instrumento de atuação do PCP é a realização de cursos e capacitações relacionadas aos quatro eixos do programa. Nesse sentido, foi construída uma questão para saber se os servidores já tinham realizado algum curso na Escola de Governo relacionado ao Programa de *Compliance* Público de Goiás. O Gráfico 2.10 mostra que 29,6% realizaram algum curso no Eixo Ética, 16,4% participaram de cursos no Eixo Gestão de Risco, 12,9% no Eixo Transparência e 12,2% no Eixo Responsabilização. Ressalta-se que 62,3% indicaram não ter participado de nenhum curso de *Compliance*.

Gráfico 2.10 - Você já realizou algum curso na Escola de Governo relacionado ao Programa de Compliance? - Goiás - 2022



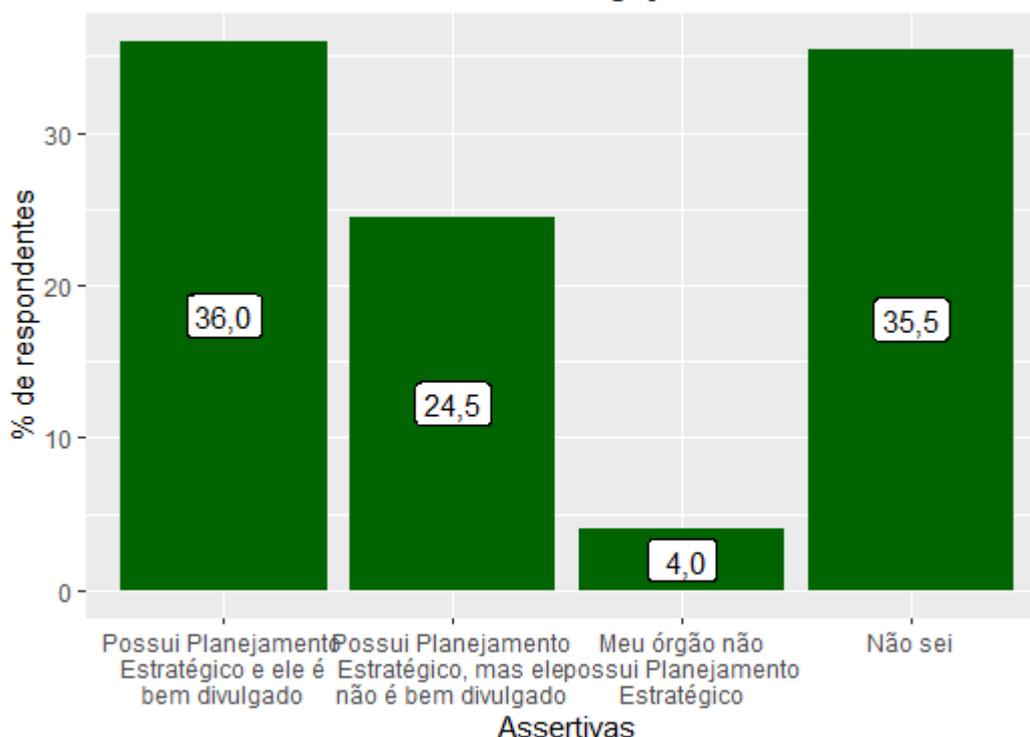
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nos dois próximos gráficos são realizadas perguntas sobre o Planejamento Estratégico. Na primeira questão é perguntado “*Seu órgão possui Planejamento Estratégico? Como você avalia sua divulgação?*” (Gráfico 2.11). Percebe-se que 36% dos respondentes indicaram que o órgão “*Possui Planejamento Estratégico e ele é bem divulgado*”, 24,5% disseram que “*Possui Planejamento Estratégico, mas ele não é bem divulgado*”, enquanto a alternativa

“Meu órgão não possui Planejamento Estratégico” ficou com 4% das respostas e os que não sabiam somaram 35,5%.

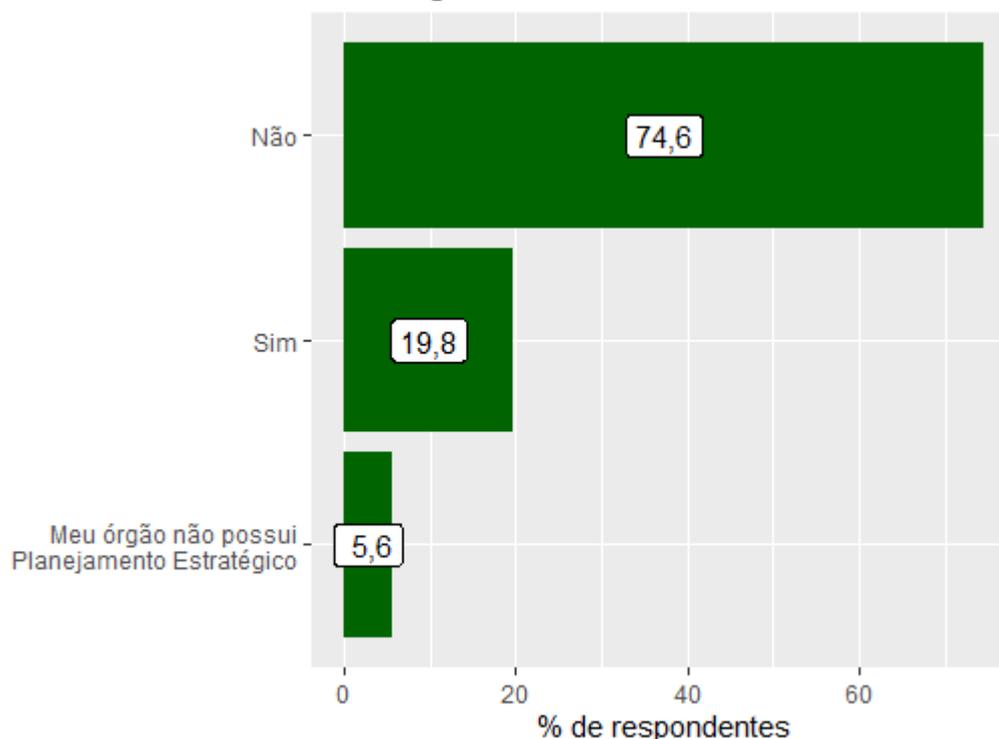
Ainda sobre o Planejamento Estratégico, inquiriu-se sobre a participação do respondente na elaboração do planejamento estratégico. Nota-se, pelo Gráfico 2.12, que 74,6% indicaram que não participaram, os que participaram perfaz 19,8% e 5,6% afirmaram que o órgão não possui Planejamento Estratégico.

**Gráfico 2.11 - Seu órgão possui Planejamento Estratégico?
Como você avalia sua divulgação? - Goiás - 2022**



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Gráfico 2.12 - Você participou da elaboração do Planejamento Estratégico de seu órgão? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

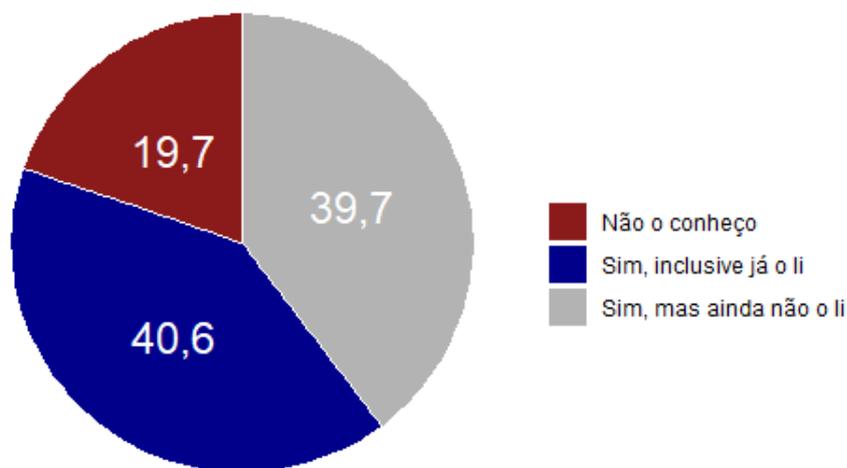
3. Eixo Ética

Esta seção apresenta os resultados em relação ao tema ética, um dos eixos trabalhados no Programa de *Compliance* Público. Foram realizadas duas questões voltadas aos instrumentos de que fazem parte do eixo ética. Além disso, foi produzido uma bateria de assertivas relacionada à percepção de conduta ética no serviço público. Essa bateria de assertivas foi extraída e traduzida de Pliscoff-Varas, Lagos-Machuca (2021), além da tradução, algumas assertivas sofreram adaptações para se adequar a compreensão ao ambiente em que foi aplicado.

O Poder Executivo do Estado de Goiás, em 2021, dentro das ações do PCP, publicou um novo Código de Ética dos Servidores Públicos Estaduais, assim foi perguntado, se os respondentes o conheciam, 40,6% conheciam e indicaram ter lido; 39,7% conheciam, mas não tinham lido ainda; 19,7% não conheciam o novo Código de Ética (Gráfico 3.1). Um dos aspectos levantados

sobre a alta porcentagem de servidores que conhecem o Código de Ética se deve aos esforços e questionários aplicados pela CGE sobre o conhecimento do Código anteriormente.

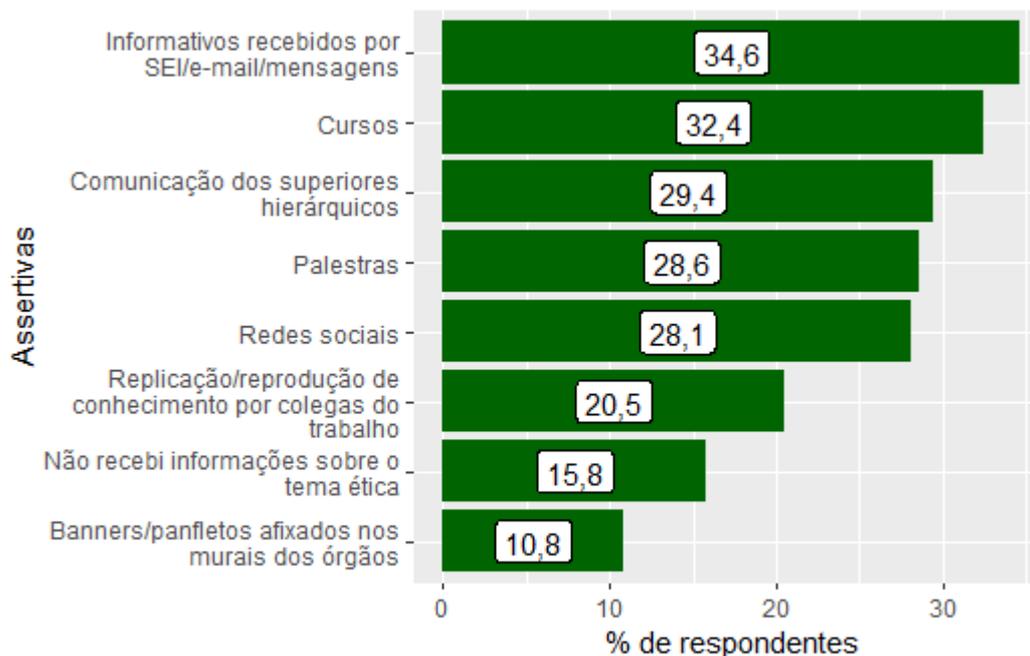
Gráfico 3.1 - Em 2021 o Estado de Goiás publicou o novo Código de Ética e Conduta dos servidores públicos estaduais de Goiás, você o conhece? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Gráfico 3.2 apresenta os meios pelos quais os respondentes recebem informações sobre o tema ética. Entre os canais de maior frequência estão “*Informativos recebidos por SEI/e-mail/mensagens*” com 34,6%, seguido dos Cursos (32,4%), e na sequência “*Comunicação dos superiores hierárquicos*” (29,4). Na outra ponta estão “*Replicação/reprodução de conhecimento por colegas do trabalho*” (20,5%), “*Banners/panfletos afixados nos murais dos órgãos*” (10,8%), ainda há os que indicaram não ter recebido informações sobre o tema ética (15,8%). Essa era uma questão de múltipla escolha, por isso a soma das assertivas pode ultrapassar 100%.

Gráfico 3.2 - Por quais desses meios de disseminação utilizados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás você recebeu informações sobre o tema ética? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: As marcações como "Outro" não foram inseridas no gráfico, correspondem a 79 marcações de respondentes.

Na próxima questão, as assertivas utilizadas foram baseadas no trabalho de Pliscoff-Varas e Lagos-Machuca (2021). Nesse trabalho, os autores utilizaram uma bateria com 15 assertivas em que aplicaram antes e depois da realização de um curso sobre ética para servidores públicos. Nesta pesquisa, a aplicação foi modificada, reduziu-se para nove proposições e foram aplicadas em um questionário mais amplo. As assertivas descreviam situações com características de reprovabilidade.

Para fins de análise, construiu-se os gráficos por grupo de assertivas e relacionou-os com os dados sobre a participação de algum curso de Ética na Escola de Governo ou não. A princípio, pelos Gráficos 3.3 (a, b, c), nota-se que o grupo de respondentes que participou de algum curso de ética possui um critério de maior rigor quanto a reprovabilidade das assertivas, registrado pela frequência mais alta nos níveis que indicam maior reprovabilidade em relação ao grupo que não realizou curso de ética, ainda que a diferença entre as médias seja pequena.

Na Tabela 3.1 são apresentadas as médias das assertivas por grupo, em que a assertiva que possui a maior diferença entre as médias é “Registrar o ponto e, em seguida, realizar tarefas pessoais”, em que o grupo que realizou algum curso no Eixo Ética foi 3,77, enquanto o grupo que não realizou cursos no eixo ética teve uma média de 3,58, com uma diferença entre os grupos de 0,19. Na outra direção, as assertivas com a menor diferença das médias entre os grupos foram “Usar a impressora institucional para fins pessoais” e “Utilizar credenciais institucionais para tentar obter benefício pessoal”, com uma diferença de 0,15.

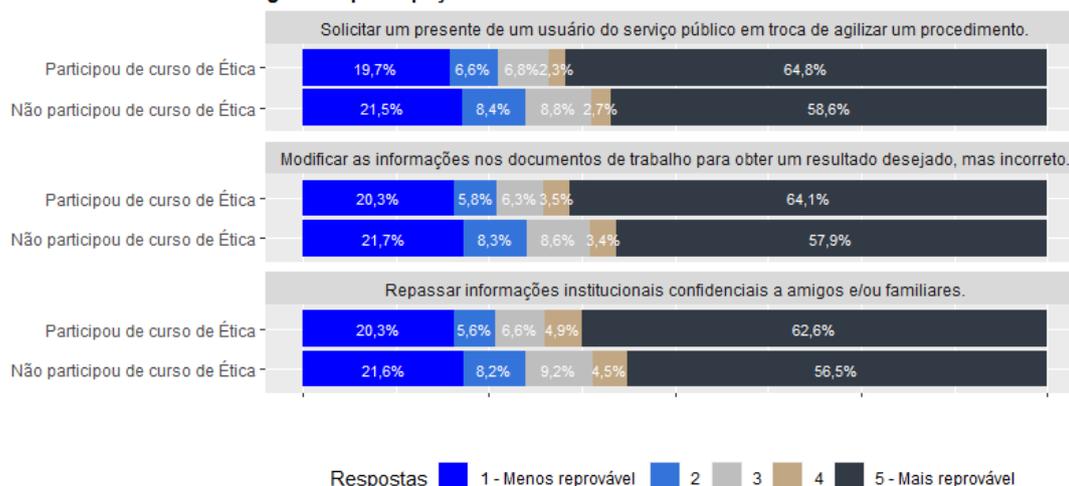
Tabela 3.1. Média das assertivas por grupo de quem participou de curso de ética ou não, sobre a reprovabilidade das assertivas – Goiás – 2022

Assertiva	Participou de curso de ética	Não participou de curso de ética	Diferença entre as médias
Alterar a ordem de atenção dos pedidos para priorizar a de um conhecido.	3,78	3,60	0,18
Distribuir desproporcionalmente o trabalho entre pessoas com as mesmas responsabilidades.	3,70	3,54	0,16
Solicitar um presente de um usuário do serviço público em troca de agilizar um procedimento.	3,86	3,68	0,18
Registrar o ponto e, em seguida, realizar tarefas pessoais.	3,77	3,58	0,19
Modificar as informações nos documentos de trabalho para obter um resultado desejado, mas incorreto.	3,85	3,68	0,17
Repassar informações institucionais confidenciais a amigos e/ou familiares.	3,84	3,66	0,18
Informar ao responsável pelo processo de licitação/contratação a candidatura de um prestador que seja amigo/familiar de forma a querer influenciar o resultado.	3,86	3,68	0,18
Usar a impressora institucional para fins pessoais.	3,62	3,47	0,15
Utilizar credenciais institucionais para tentar obter benefício pessoal.	3,81	3,66	0,15
Nº de respondentes	2.043	4.865	-

Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

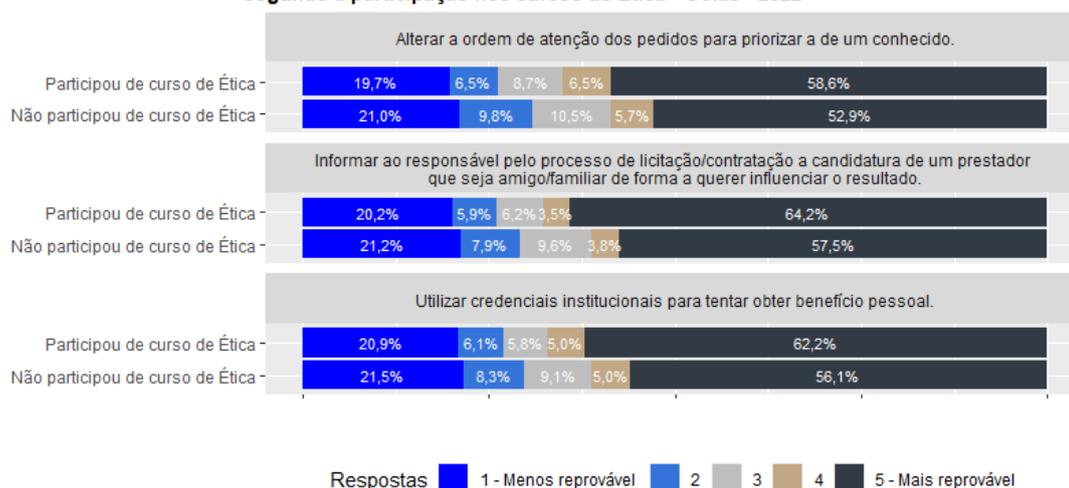
Elaboração: Instituto Mauro Borges.

Gráfico 3.3(a): Proporção de respondentes sobre percepção de reprovabilidade das assertivas do Segmento 1, segundo a participação nos cursos de Ética - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

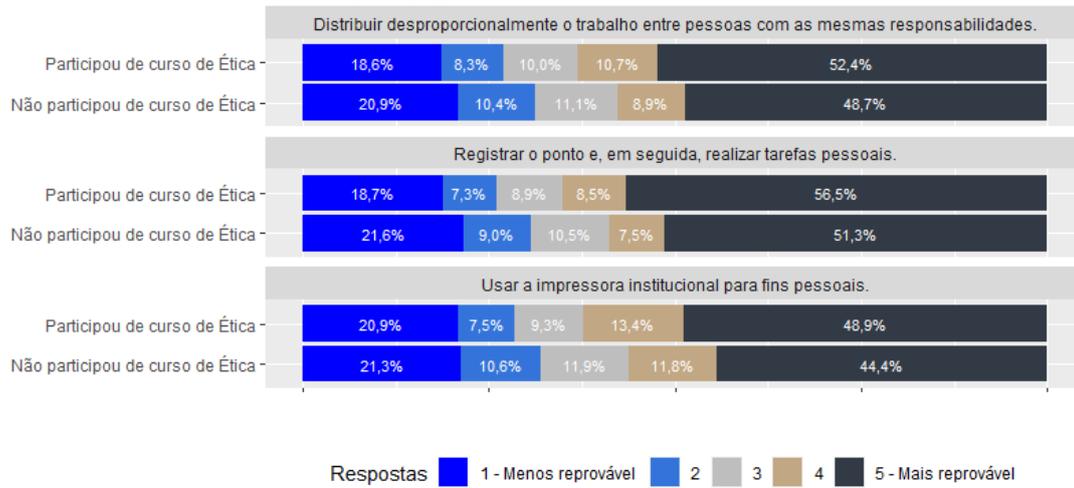
Gráfico 3.3(b): Proporção de respondentes sobre percepção de reprovabilidade das assertivas do Segmento 2, segundo a participação nos cursos de Ética - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.



Gráfico 3.3(c): Proporção de respondentes sobre percepção de reprovabilidade das assertivas do Segmento 3, segundo a participação nos cursos de Ética - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

4. Eixo Transparência

A seção sobre o Eixo Transparência busca apreender a percepção dos servidores quanto às questões gerais do tema e também aspectos específicos sobre os instrumentos de transparência existentes no Estado de Goiás. Assim sendo, a primeira questão dessa parte versou sobre a Lei nº 18.025/2013, denominada LAI Estadual em deferência à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, instituída pelo Governo Federal. O item trazia o seguinte questionamento: “Na sua opinião o Estado de Goiás atende aos requisitos de transparência exigido pela lei nº 18.025/2013 (Lei de Acesso à Informação – LAI Estadual)?”.

Gráfico 4.1. O Estado de Goiás atende aos requisitos de transparência da LAI Estadual - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

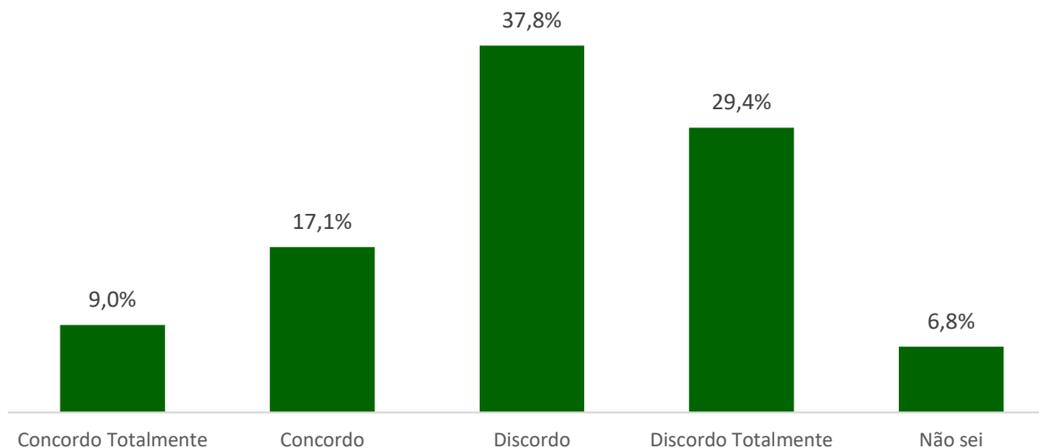
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Pelo Gráfico 4.1, percebe-se que 70% dos respondentes consideram que a administração pública estadual atende à Lei de Acesso à Informação (42,6% afirmam que atende em sua totalidade e 27,4% dizem que atende em parte). Chama a atenção que quase 25% não sabem dizer se o Estado cumpre ou não os mandamentos da Lei nº 18.025/2013.

O item seguinte trouxe assertivas para avaliação dos pesquisados procurando medir o nível de concordância para cada afirmação. Assim, a primeira delas apresentava a seguinte escrita: “Não divulgar a agenda de trabalho da alta administração pública é aceitável”. O resultado é apresentado

no Gráfico 4.2, no qual é possível notar que a maioria dos respondentes discorda da afirmação, deixando claro que a agenda da alta administração, para eles, deve ser divulgada. Apesar disso, realça-se o elevado percentual daqueles que consideram aceitável a não divulgação da agenda da alta administração.

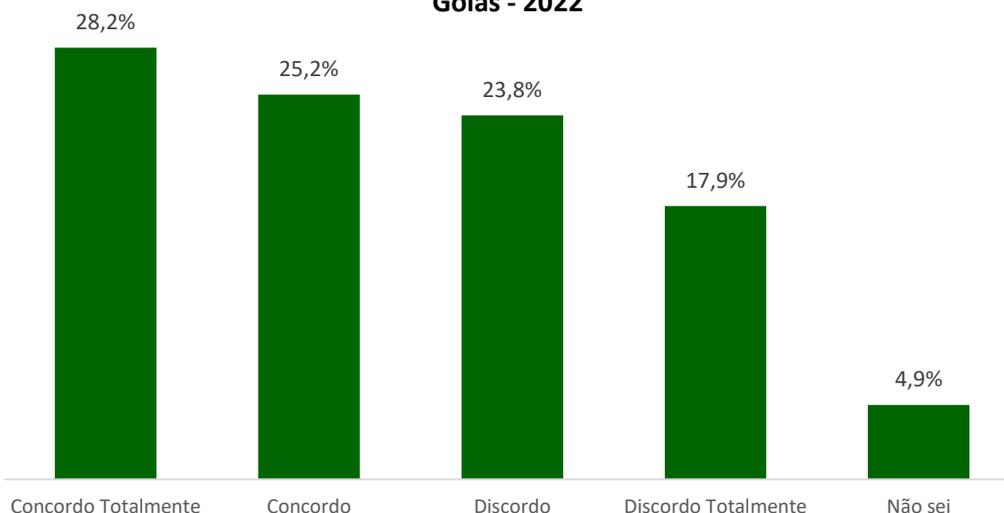
Gráfico 4.2. Não divulgar a agenda de trabalho da alta administração pública é aceitável - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

A outra assertiva do item indagava sobre o sigilo das informações e asseverava: “O sigilo das informações públicas deve ser seguido como regra”. Houve, aqui, uma inversão do que é preconizado pela LAI, em que o sigilo é uma exceção. Por isso, o resultado, apresentado no Gráfico 4.3, merece ser compreendido como um ponto de melhoria na divulgação das diretrizes da transparência pública. O fato de 53,4% dos respondentes concordarem que a regra nas informações públicas seja o sigilo, é uma questão crítica e exige ações para a mudança dessa opinião.

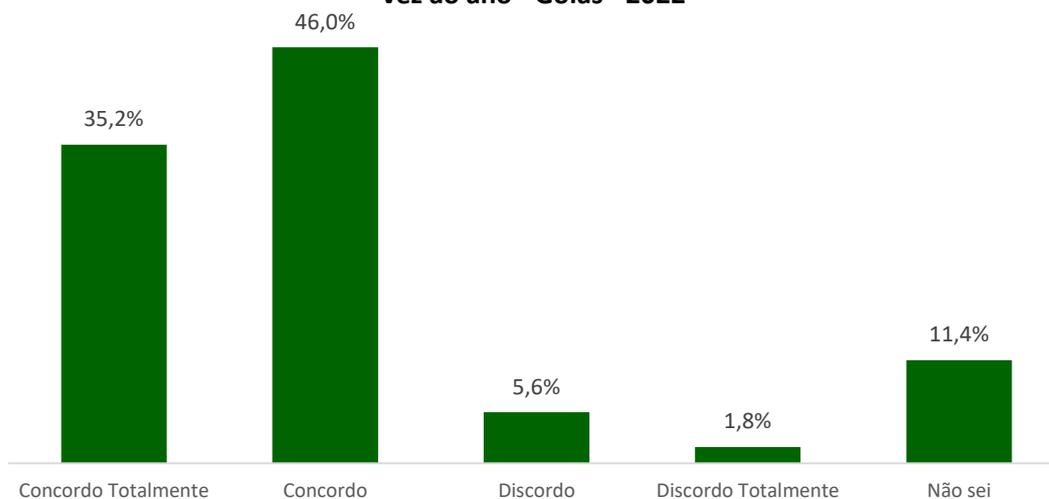
Gráfico 4.3. O sigilo das informações públicas deve ser seguido como regra - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Na sequência dessas questões com sentido mais amplo, questionou-se sobre aspectos concretos da transparência vivenciados pelos servidores em seu ambiente de trabalho. Assim, inquiriu-se sobre a divulgação dos resultados do órgão do respondente, apresentando a frase: *“Meu órgão faz a divulgação dos resultados obtidos pelo menos uma vez ao ano”*. Convém perceber, pelo Gráfico 4.4, que mais de 81% dos respondentes concordam com a assertiva e apenas 7,5% discordam de alguma forma. Tal resultado revela que para a maior parte dos respondentes seu órgão cumpre com um dos ideários da transparência, qual seja, a divulgação de resultados obtidos.

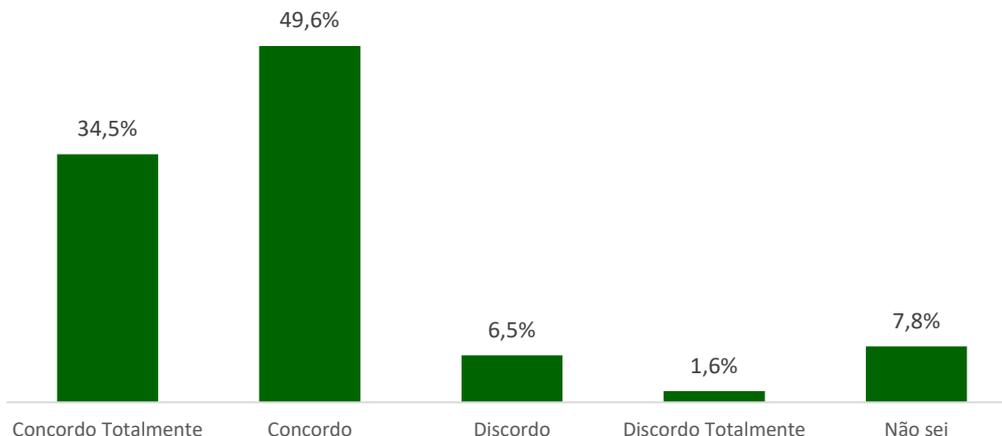
Gráfico 4.4 - Meu órgão faz a divulgação dos resultados obtidos pelo menos uma vez ao ano - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Em outro enunciado, declarava-se: “*O portal da Transparência do Estado de Goiás é um bom instrumento de controle social*”. Mais uma vez a grande maioria (84%) concorda com essa afirmação (Gráfico 4.5). O Portal de Transparência talvez seja o principal instrumento de acesso às informações públicas por parte do cidadão e, por isso, tem papel preponderante no controle social das ações e políticas governamentais. Assim, o elevado índice de concordância da assertiva por parte dos servidores revela que a missão precípua do Portal está sendo cumprida.

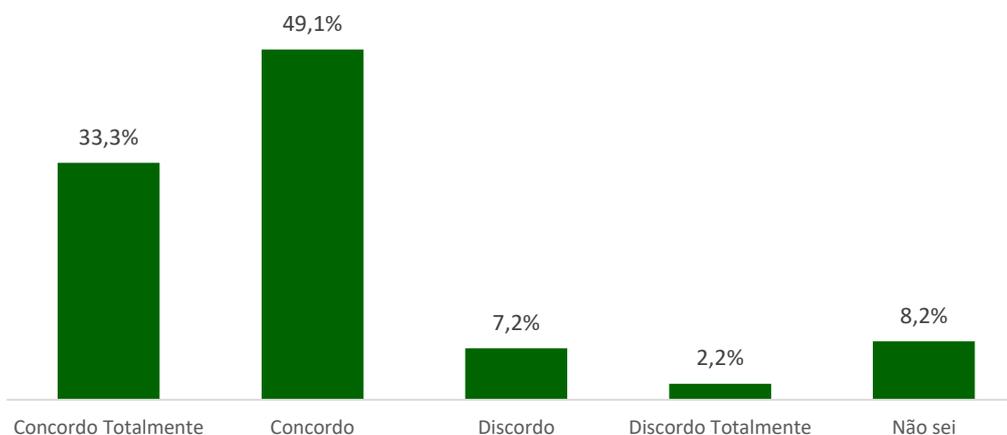
Gráfico 4.5 - O portal da Transparência do Estado de Goiás é um bom instrumento de controle social - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

A terceira afirmação versava sobre a Ouvidoria e trazia a seguinte frase: “O Sistema de Ouvidoria contribui na resolução das irregularidades na administração pública do Estado de Goiás”. Como se nota no Gráfico 4.6, novamente mais de 80% dos respondentes concordam com uma proposição sobre um caso concreto do Estado de Goiás. Nesse sentido, seja internamente no órgão, seja no instrumento de controle da sociedade ou no mecanismo de denúncia, os servidores respondentes da pesquisa têm em alta conta esses meios de transparência.

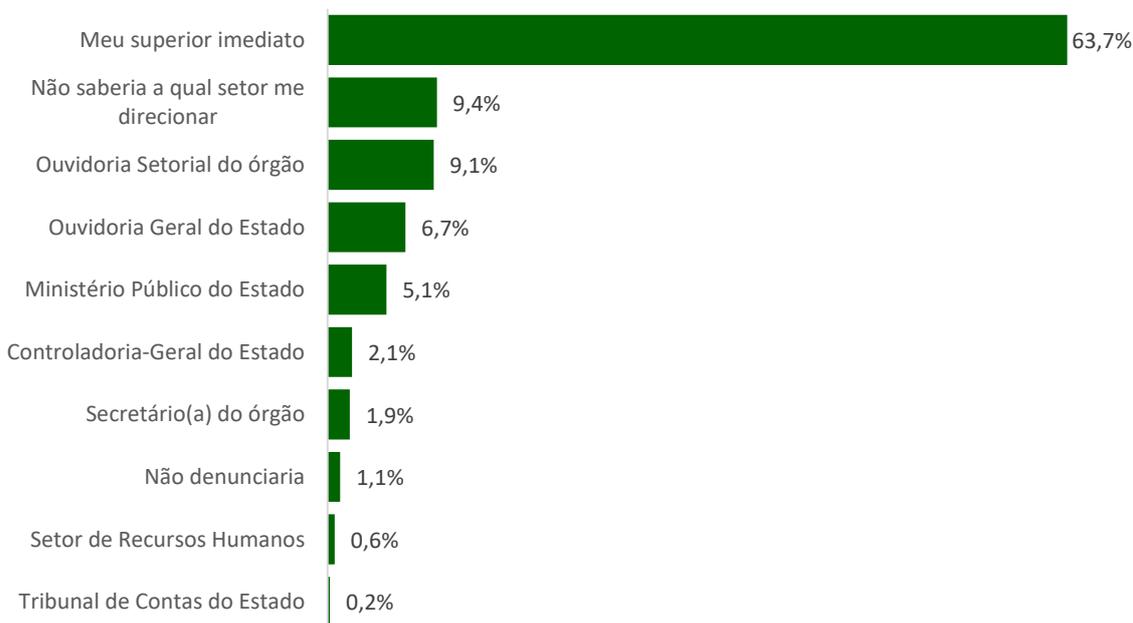
Gráfico 4.6. O Sistema de Ouvidoria contribui na resolução das irregularidades na administração pública do Estado de Goiás - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Contudo, a despeito da percepção do Sistema de Ouvidoria como capaz de combater as irregularidades, os respondentes não o enxergam como primeiro canal de denúncia, no caso de corrupção envolvendo colegas de trabalho. O Gráfico 4.7 projeta as respostas ao item em que o servidor deveria responder ao seguinte cenário fictício: “*Você descobre um caso de corrupção envolvendo apenas servidor com cargo de mesma hierarquia que a sua, para qual desses setores encaminharia a denúncia?*”. Observa-se que o principal caminho escolhido para a denúncia é o chefe imediato, com 63,7%; sem embargo da necessária confiança para com o superior, é preciso compreender os baixos percentuais dos órgãos cuja função típica é o recebimento desse tipo denúncias. Atrelado a isso, ressalta-se o fato de 9,4% dos respondentes não saberem para qual setor encaminhar a denúncia (segundo maior percentual).

Gráfico 4.7. Considere o seguinte cenário: você descobre um caso de corrupção envolvendo apenas servidor com cargo de mesma hierarquia que a sua, para qual desses setores encaminharia a denúncia? - Goiás - 2022

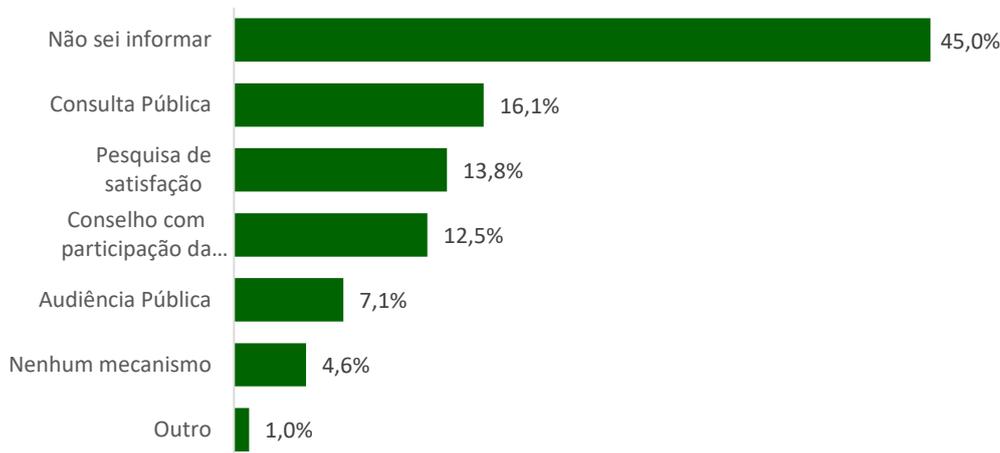


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Na última questão da parte dedicada aos temas da transparência, interpôs-se quais os mecanismos o órgão do servidor se vale para buscar a participação da sociedade no processo de avaliação ou nas decisões quanto às políticas públicas. Os resultados estão no Gráfico 4.8 e revelam, primeiramente,

o alto desconhecimento sobre esses mecanismos; a consulta pública foi apontada como o procedimento mais presente no órgão do respondente.⁷

Gráfico 4.8 - Quais os mecanismos seu órgão utiliza para a participação da sociedade na avaliação ou no processo decisório das políticas públicas do órgão - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

5. Eixo Responsabilização

Os itens dessa seção tentam apreender a opinião dos servidores quanto aos assuntos relacionados a desvios de conduta que podem provocar algum tipo de punição. Nesse sentido, são abordados temas sobre corrupção, processos de denúncia e medidas para o combate às irregularidades.

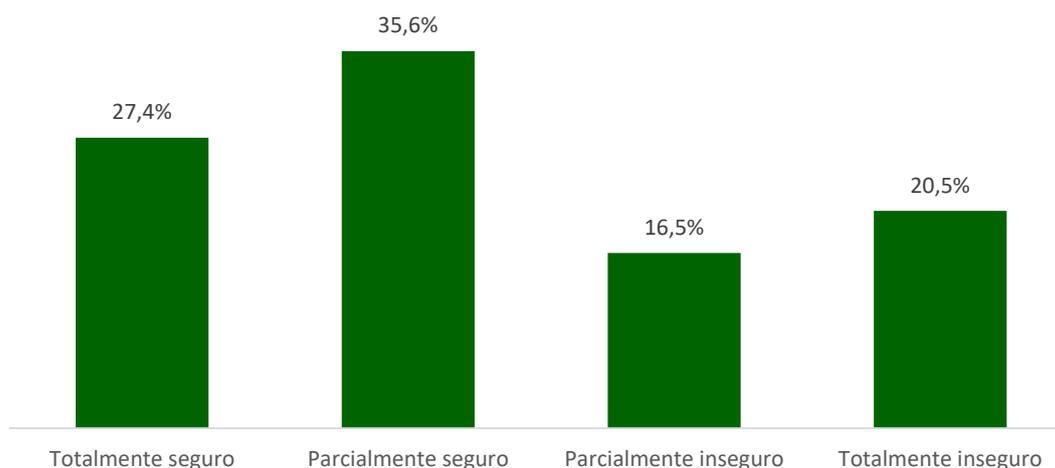
O primeiro item desse grupo quis saber o sentimento de segurança do servidor para denunciar uma irregularidade e trazia a seguinte questão: “Caso você percebesse alguma irregularidade na administração pública do Estado de Goiás, se sentiria seguro para realizar uma denúncia?”. Apenas 27,4% dos respondentes se sentem totalmente seguros em denunciar, conforme atesta o

⁷ Faz-se necessário informar que a questão foi pensada para aceitar múltipla escolhas. Contudo, por um erro operacional, o item foi para o questionário aceitando apenas uma alternativa como resposta. Não obstante esse deslize, a análise não é totalmente comprometida pelo elevado percentual dos que não sabem informar se órgão utiliza mecanismos de participação da sociedade. Além disso, pode-se considerar que o respondente escolheu o mecanismo mais presente no órgão ou aquele que ele mais lembrava no momento da pesquisa.

Gráfico 5.1. Esse resultado é preocupante, pois se perde um elemento de grande relevância no processo de coibir desvios na administração pública. O servidor talvez seja o principal agente capaz de detectar anormalidades nas atividades públicas, pois está inserido no cotidiano dessas atividades. Sentir-se seguro que não haverá represálias quando denunciar atos irregulares é condição básica para a efetivação e abertura de processos que busquem apurar tais atos.

Além do baixo percentual dos que se sentem totalmente seguros, é preocupante a proporção dos que afirmam se sentirem totalmente inseguros, 20,5%. Portanto, ações visando a incutir na percepção do servidor que o momento da denúncia é de fato seguro, não possibilitando qualquer chance de represálias fora do ambiente legal, é urgente e está intimamente relacionado ao processo de combate à corrupção de qualquer natureza.

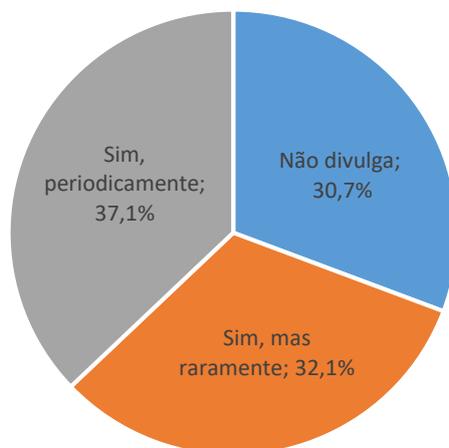
Gráfico 5.1 - Caso você percebesse alguma irregularidade na administração pública do Estado de Goiás, se sentiria seguro para realizar uma denúncia? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nessa diretriz, o fato de 30,7% dos respondentes informarem que o órgão no qual está lotado não divulga orientações sobre procedimentos diante de condutas irregulares, reforça ainda mais as necessárias ações para dotar os servidores de conhecimento, clareza e segurança para a realização de denúncias sobre fatos ilegais (Gráfico 5.2). Pode-se somar aos argumentos, o baixo percentual dos que informam que o órgão divulga tais procedimentos apenas periodicamente.

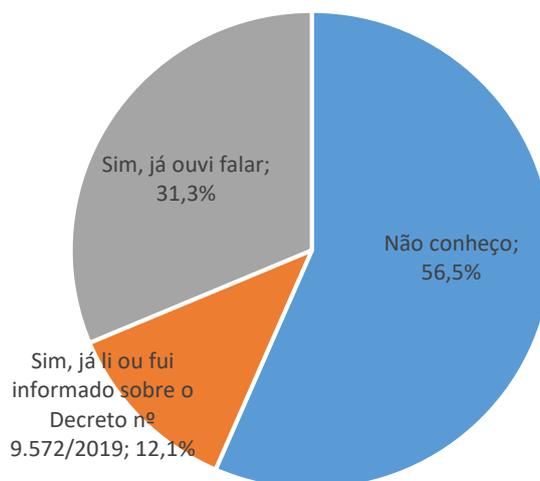
Gráfico 5.2 - Seu órgão divulga orientações aos servidores sobre procedimentos de como agir diante de condutas irregulares, fraudes ou corrupção? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nesse sentido, a disseminação de informações acerca do Sistema de Correição do Poder Executivo – Siscor (Decreto nº 9.572/2019), talvez seja uma das alternativas para o processo de conscientização e sensibilização dos servidores, buscando o envolvimento nas questões da responsabilização. Observa-se, no Gráfico 5.3, que apenas 12% dos respondentes afirmam terem lido ou estarem informados sobre o referido Decreto que instituiu o Siscor em Goiás; ainda, 31,3% apenas ouviram falar desse Sistema, enquanto a maioria dos participantes da pesquisa, 56,5%, declaram que não conhecem o Siscor/GO.

5.3 - Você conhece o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Goiás – SISCOR/GO? - Goiás - 2022



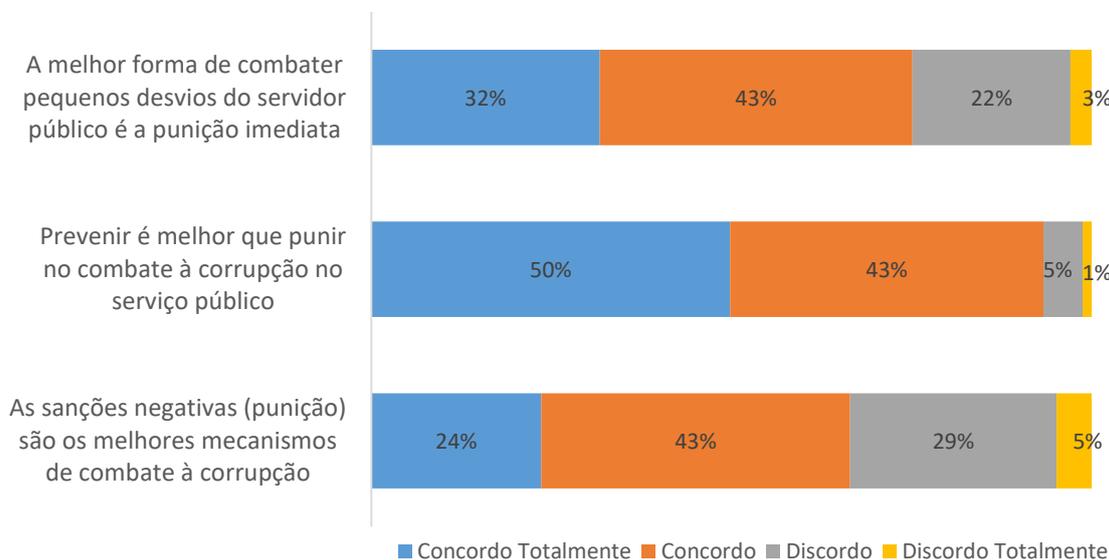
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O quarto item da seção sobre o Eixo Responsabilização trouxe três declarações, solicitando a avaliação dos participantes quanto à concordância para cada uma delas (Gráfico 5.4). As três versavam sobre os tipos de combate às irregularidades da administração pública no sentido geral. Quando se afirma que *“a melhor forma de combater pequenos desvios do servidor público é a punição imediata”*, 75% dos respondentes concordam com a assertiva, sendo 32% concordando totalmente. A segunda declaração asseverava que *“prevenir é melhor que punir no combate à corrupção no serviço público”* e, aqui, 93% dos respondentes concordam com a afirmação, sendo que 50% concordam totalmente. A terceira assertiva traz novamente a discussão sobre punição (agora num sentido geral e não dos pequenos desvios), afirmando que *“as sanções negativas (punição) são os melhores mecanismos de combate à corrupção”*. Nessa última proposição, a proporção dos que concordam com a frase cai para 66%, o percentual dos que concordam totalmente atinge 24%.

A diferença nos resultados entre a primeira e terceira assertiva, pode ser explicada por duas linhas de raciocínio: a) uma declaração explicitava o combate a pequenos desvios, enquanto a outra tratava do combate à corrupção em geral; b) entre uma assertiva e outra havia uma declaração afirmando que a prevenção

é melhor que a punição, o que pode influenciar os participantes quando da análise da afirmação seguinte.⁸

5.4 - Avaliação dos respondentes segundo as seguintes declarações - Goiás - 2022

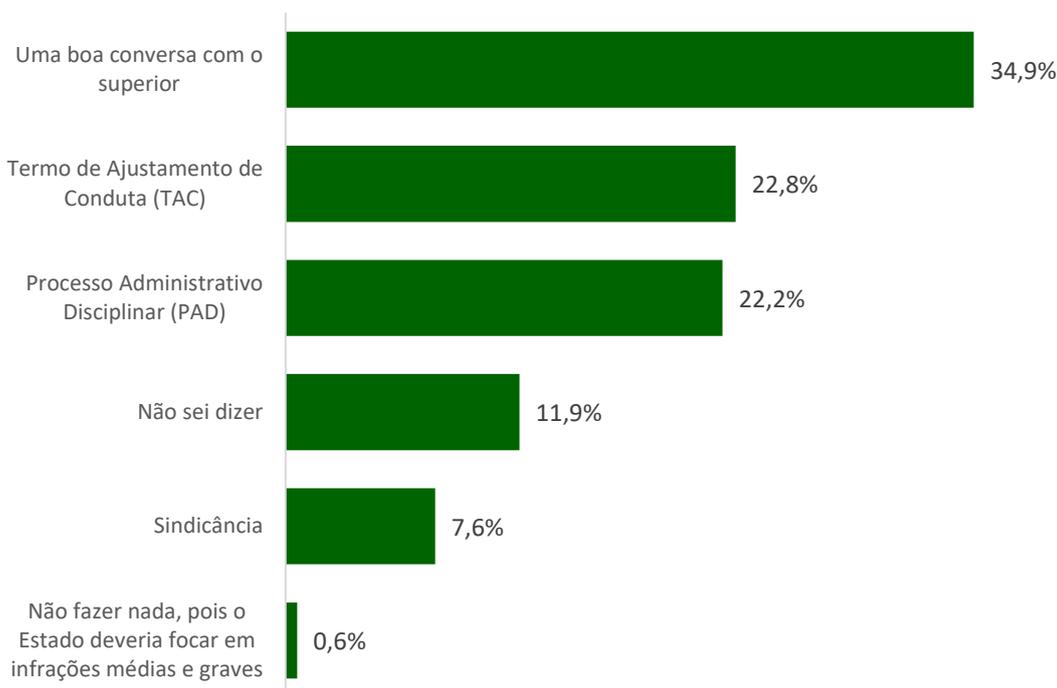


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Após esse item em escala, a pesquisa abordou os instrumentos para o enfrentamento de infrações leves. Como é observado no Gráfico 5.5, quase 35% responderam que uma boa conversa com o superior seria a melhor alternativa para as infrações leves. É salutar observar que aproximadamente 23% acredita que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é uma opção adequada para o enfrentamento desse tipo de irregularidade. Vale destacar que esse instrumento tem sido adotado na administração pública brasileira como alternativa à resolução de conflitos administrativos em substituição a institutos mais gravosos e com caráter punitivo, como a sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

⁸ Originalmente, esse quesito era composto por outras duas declarações o que possibilitava a diluição do efeito de influência de uma declaração em outra (pelo menos teoricamente). Contudo, na revisão do questionário decidiu-se por manter apenas as três assertivas aqui apresentadas.

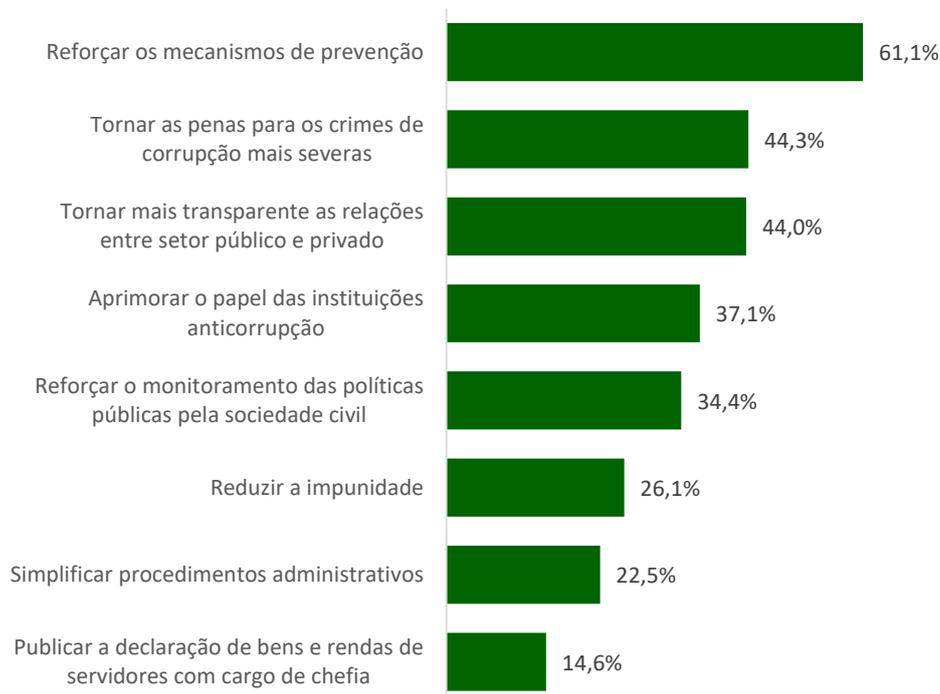
5.5 - No caso do cometimento de infrações leves, o Estatuto dos Servidores Públicos preconiza a aplicação de advertência. Para você, qual das opções abaixo seria uma alternativa adequada para o enfrentamento das infrações leves - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O último quesito do questionário acerca do Eixo Responsabilização perscrutou aos participantes quais medidas seriam mais eficazes na redução da corrupção. O respondente poderia selecionar até três opções. O reforço dos mecanismos de prevenção foi a opção mais escolhida, seguida de *“tornar as penas para crimes de corrupção mais severas”* (conforme Gráfico 5.6). Entendimento de que é preciso prevenir, mas quando da ocorrência do crime, as penas devem ser severas. Além disso, houve forte apelo à transparência entre os setores público e privado – 44% dos respondentes colocaram esta como a terceira medida para se reduzir a corrupção.

5.6 - Na sua opinião, quais das seguintes medidas são mais eficazes na redução da corrupção? - Goiás - 2022



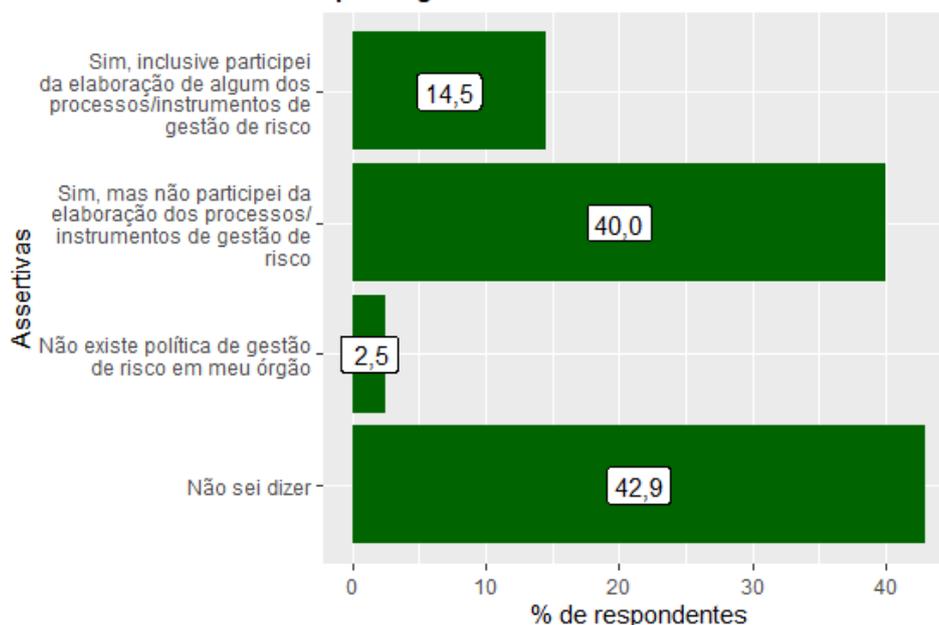
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

6. Eixo Gestão de Risco

Esta seção apresenta os resultados em relação ao tema de Gestão de Risco, entre os servidores públicos que responderam à pesquisa. Foram realizadas oito questões. A primeira pergunta (Gráfico 6.1) foi sobre a existência de processos e instrumentos para a gestão de risco, realizou-se a seguinte pergunta: *“Você tem conhecimento se seu órgão possui processos/instrumentos para a gestão de risco?”*. Aproximadamente, 55% indicaram ter conhecimento sobre esses instrumentos, sendo que 14,5% afirmaram ter participado de alguma forma da elaboração e 40% não participaram. Outros 2,5% indicaram que não possuem política de gestão de risco em seu órgão e 42,9% não sabiam dizer.

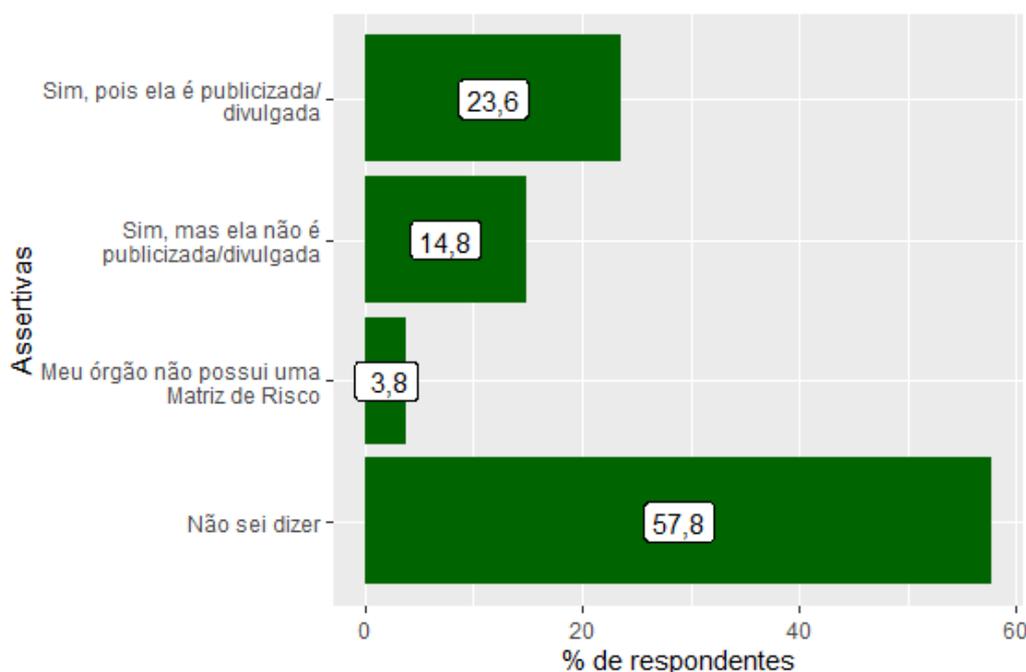
Gráfico 6.1 - Você tem conhecimento se seu órgão possui processos/ instrumentos para a gestão de risco? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Dentro do eixo da Gestão de Risco, um instrumento que tem sido disseminado dentro dos órgãos é a Matriz de Risco. Diante disso, foi perguntado “O órgão no qual você trabalha possui uma Matriz de Risco?”, em que 38,4% indicaram saber da existência da Matriz de Risco, porém apenas 23,6% afirmaram que ela é publicizada, enquanto que 14,8% dizem que não é divulgada. Ainda, 57,8% não sabem dizer (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 - O órgão no qual você trabalha possui uma Matriz de Risco? - Goiás - 2022

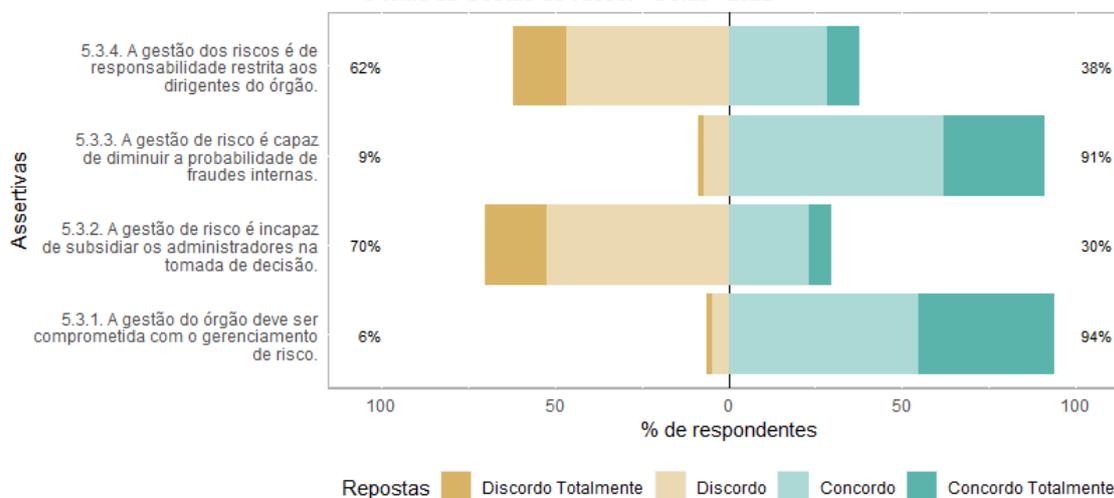


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Gráfico 6.3 apresenta uma bateria de assertivas sobre o tema de Gestão de Risco, as quais foi solicitado aos respondentes que avaliassem com as seguintes opções de respostas: Discordo Totalmente, Discordo, Concordo, Concordo Totalmente. As assertivas “A gestão de risco é capaz de diminuir a probabilidade de fraudes internas” e “A gestão do órgão deve ser comprometida com o gerenciamento de risco” tiveram percentual de concordância acima de 90%.

No outro sentido, em que se esperava maior percentual de respondentes que discordassem das proposições, havia duas assertivas. A que gerou maior nível de discordância foi a afirmação “A gestão de risco é incapaz de subsidiar os administradores na tomada de decisão”, com 70%, a outra foi “A gestão dos riscos é de responsabilidade restrita aos dirigentes do órgão”, na qual 62% discordaram ou discordaram totalmente.

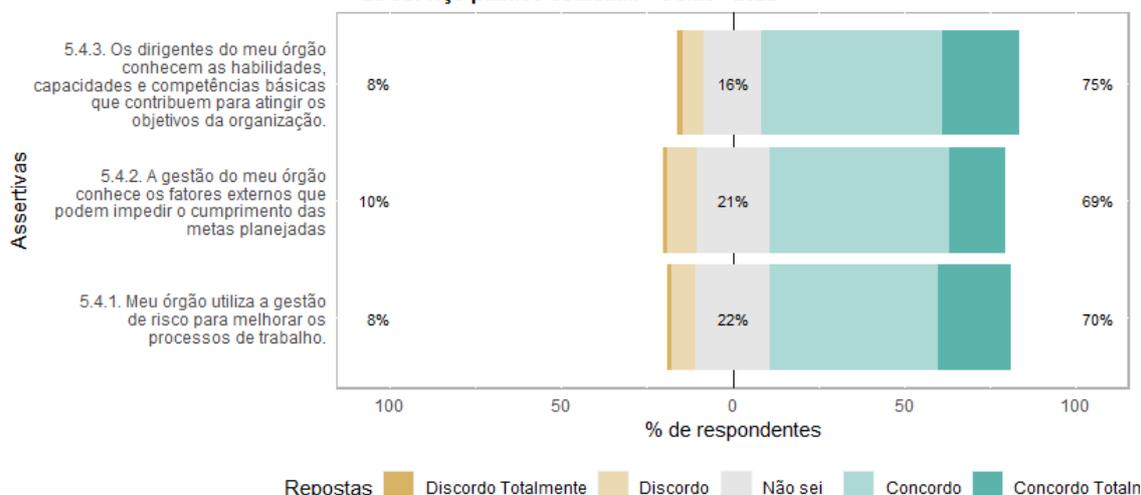
Gráfico 6.3 - Avaliação das seguintes declarações sobre o tema da Gestão de Risco. - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Ainda, sobre a gestão de risco, no Gráfico 6.4, foram apresentadas três assertivas, em que se solicitava a avaliação das declarações acerca do serviço público estadual, com as seguintes opções de respostas: Discordo Totalmente, Discordo, Concordo, Concordo Totalmente, Não sei. As três assertivas apresentam tendências semelhantes quanto ao percentual das respostas e o sentido dessas. Assim, a assertiva que apresentou o maior percentual de concordância foi “Os dirigentes do meu órgão conhecem as habilidades, capacidades e competências básicas que contribuem para atingir os objetivos da organização”, com 75%, seguida de “Meu órgão utiliza a gestão de risco para melhorar os processos de trabalho” (70%).

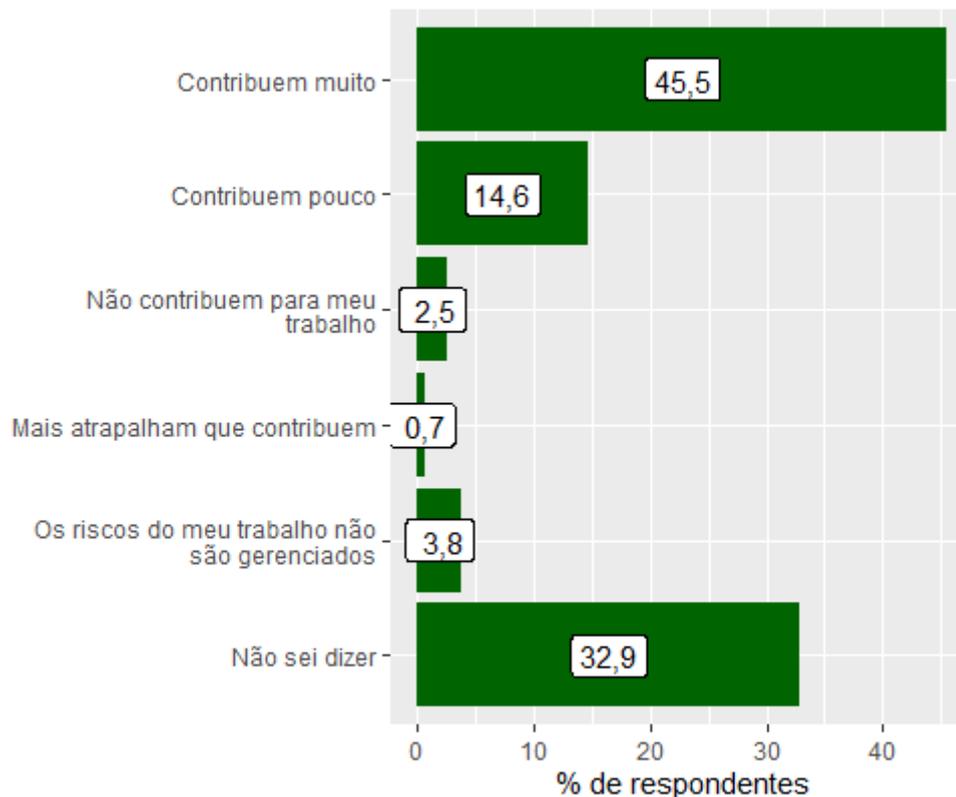
Gráfico 6.4 - Avaliação das seguintes declarações acerca do serviço público estadual. - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

De acordo com os respondentes, o Gráfico 6.5 apresenta se esses consideram que ações de gerenciamento de risco contribuem para o seu trabalho. No qual 45,5% indicam que ações de gerenciamento de risco contribuem muito, 14,6% indicam contribuir pouco e 32,9% não souberam dizer.

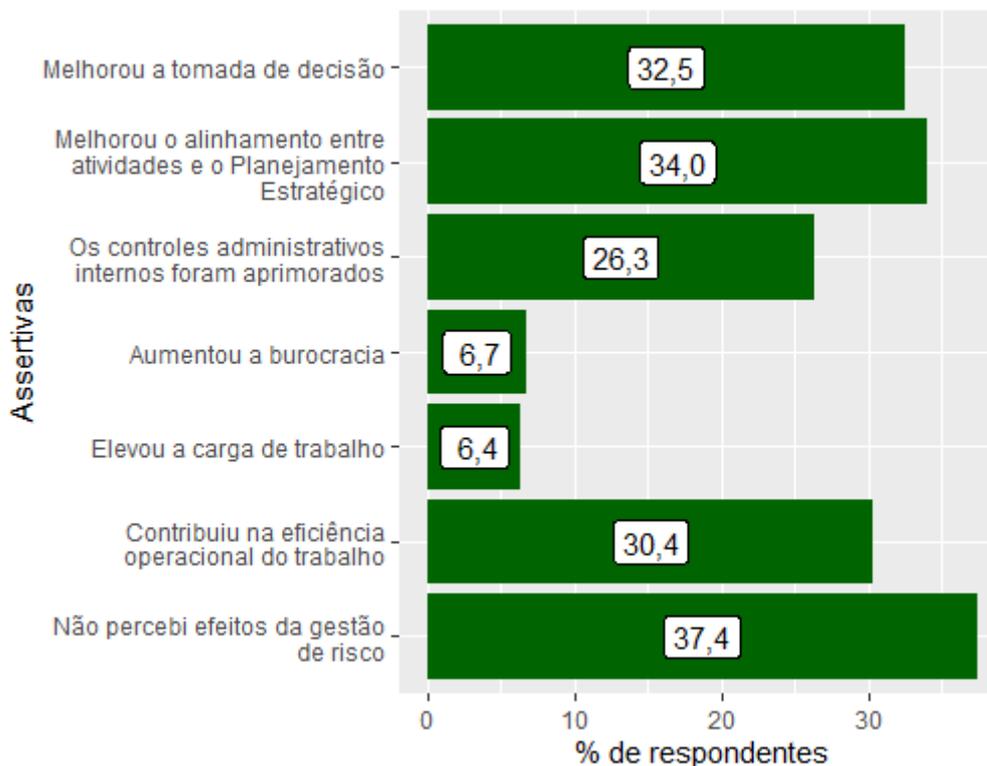
Gráfico 6.5 - As ações de gerenciamento de risco contribuem para o seu trabalho? - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Especificamente sobre o gerenciamento de risco no órgão que o respondente trabalha, foi construída a seguinte pergunta: “Sobre o gerenciamento de risco de seu órgão, quais das opções melhor resume os efeitos em seu trabalho?”. Colocou-se a possibilidade de escolhas múltiplas (Gráfico 6.6). Entre as assertivas com avaliação positiva, a que teve a maior frequência foi “Melhorou o alinhamento entre atividades e o Planejamento Estratégico” (34%), seguida de “Melhorou a tomada de decisão” (32,5%). Na outra ponta, as assertivas negativas em relação ao gerenciamento, tiveram um percentual baixo: “Aumentou a burocracia” (6,7%), “Elevou a carga de trabalho” (6,4%). Ainda, há 37,4% que indicaram não perceberem efeitos da gestão de risco.

Gráfico 6.6 - Sobre o gerenciamento de risco de seu órgão, quais das opções melhor resume os efeitos em seu trabalho? - Goiás - 2022



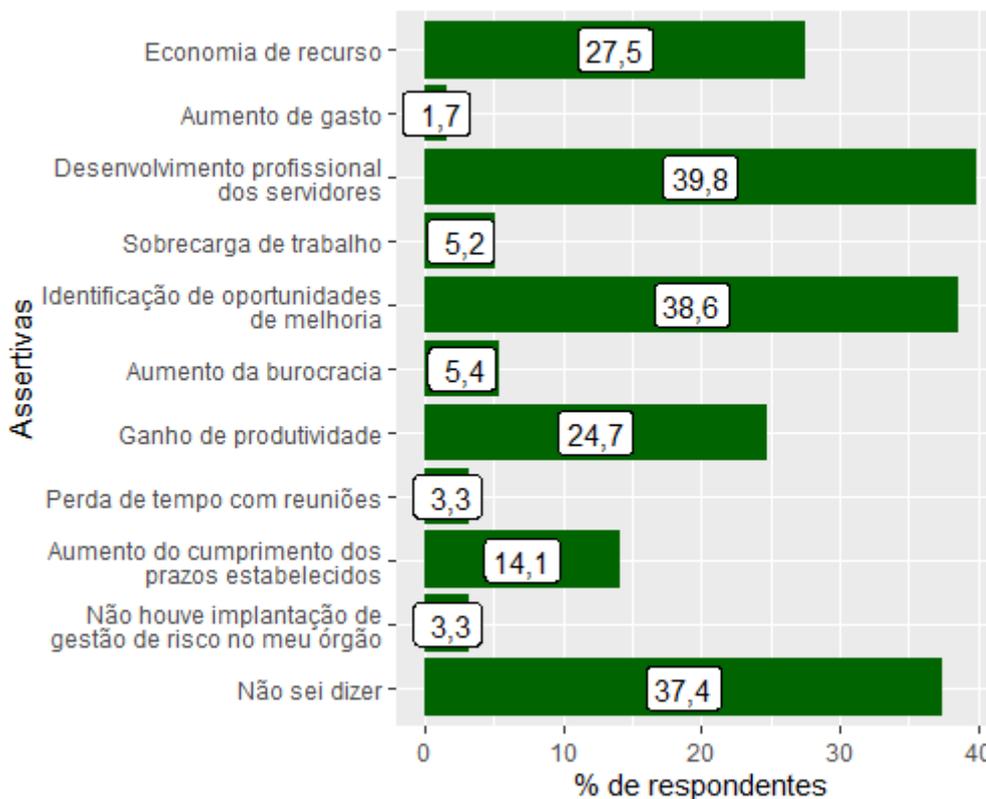
Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Um conceito importante para a gestão de risco é o Risco. Em que a forma como se compreende o risco, poderia contribuir na acepção e processos burocráticos dentro do órgão. Nesse sentido foi perguntado aos respondentes como os riscos diagnosticados podem ser entendidos, 66,6% indicaram ser *“Uma oportunidade para a implantação de melhorias”*; 13,9% afirmaram ser *“Um problema que deve ser eliminado”*; *“Uma fragilidade a ser superada para o bem do órgão”* foi escolhida por 10,3%; e, *“Um ponto de inflexão para a mudança de rumo na gestão do órgão”* foi marcada por 9,2% dos participantes.

Foi perguntado aos respondentes, *“Na sua concepção, quais os efeitos que a implementação da gestão de risco trouxe para seu órgão”*, as assertivas positivas apresentaram elevado percentual (Gráfico 6.7), em que a maior frequência foi Desenvolvimento profissional dos servidores (39,8%), seguida da Identificação de oportunidades de melhoria (38,6%). Em relação às assertivas negativas, os percentuais foram baixos, a de maior frequência entre elas foi

“Aumento da burocracia” (5,4%). Destaca-se que 37,4% não souberam dizer os efeitos da gestão de risco em seu órgão.

Gráfico 6.7 - Na sua concepção, quais os efeitos que a implementação da gestão de risco trouxe para seu órgão - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

7. Relacionamento entre variáveis de alguns resultados

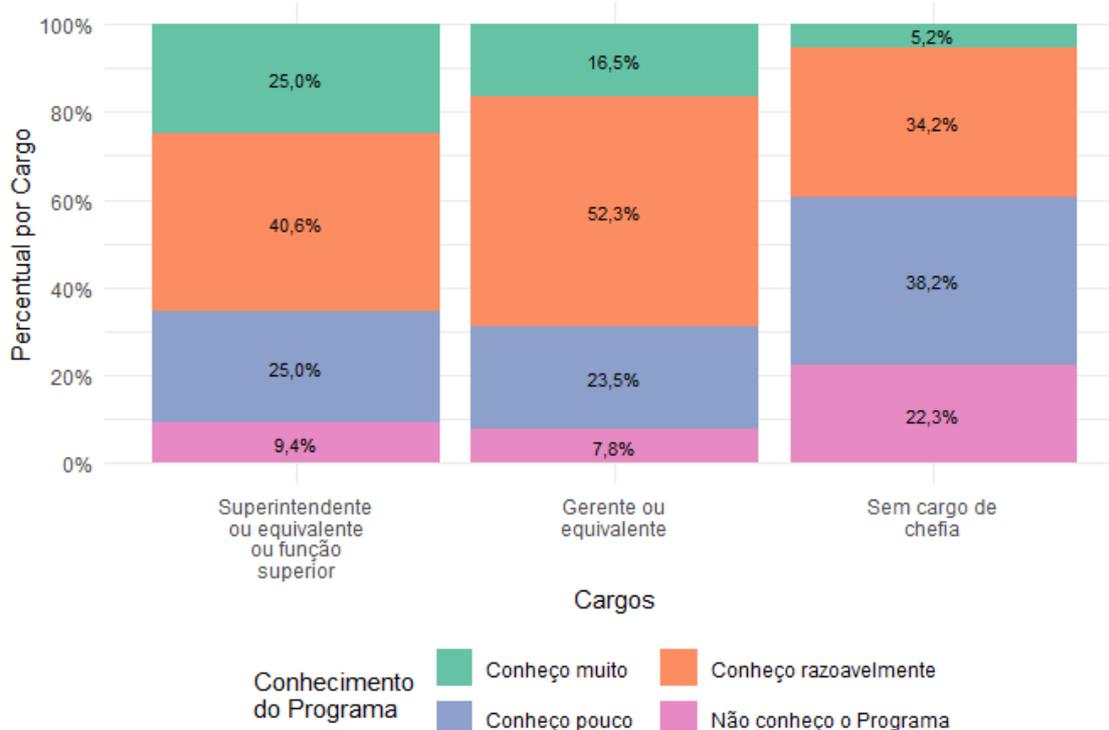
Nesta parte do trabalho, serão realizadas algumas inter-relações entre os itens do questionário, buscando assimilar possíveis convergências entre as respostas e o perfil dos respondentes. Reiteramos que trata-se de uma análise bivariada explicativa, com a intenção de descrever os subgrupos, entre os respondentes, a partir de algumas características. Portanto, trata-se assim de uma análise descritiva e não há análise de causalidade.

As primeiras inter-relações apresentadas serão sobre a própria percepção dos respondentes quanto ao seu grau de conhecimento do Programa e suas características funcionais. No Gráfico 7.1, relacionou-se o nível de



conhecimento por cargo de chefia. Nota-se que quanto maior o nível hierárquico maior é a participação de respondentes que consideram conhecer muito sobre o Programa. A proporção de superintendentes que indicaram conhecer muito foi de 25%, enquanto a dos gerentes foi de 16,5%, em última posição estão os servidores sem cargo de chefia. Nota-se que entre os respondentes há uma maior probabilidade dos cargos de maior nível hierárquico conhecerem muito o Programa.

Gráfico 7.1 - Nível de conhecimento sobre o Programa de Compliance Público, respondentes segundo o cargo - Goiás - 2022

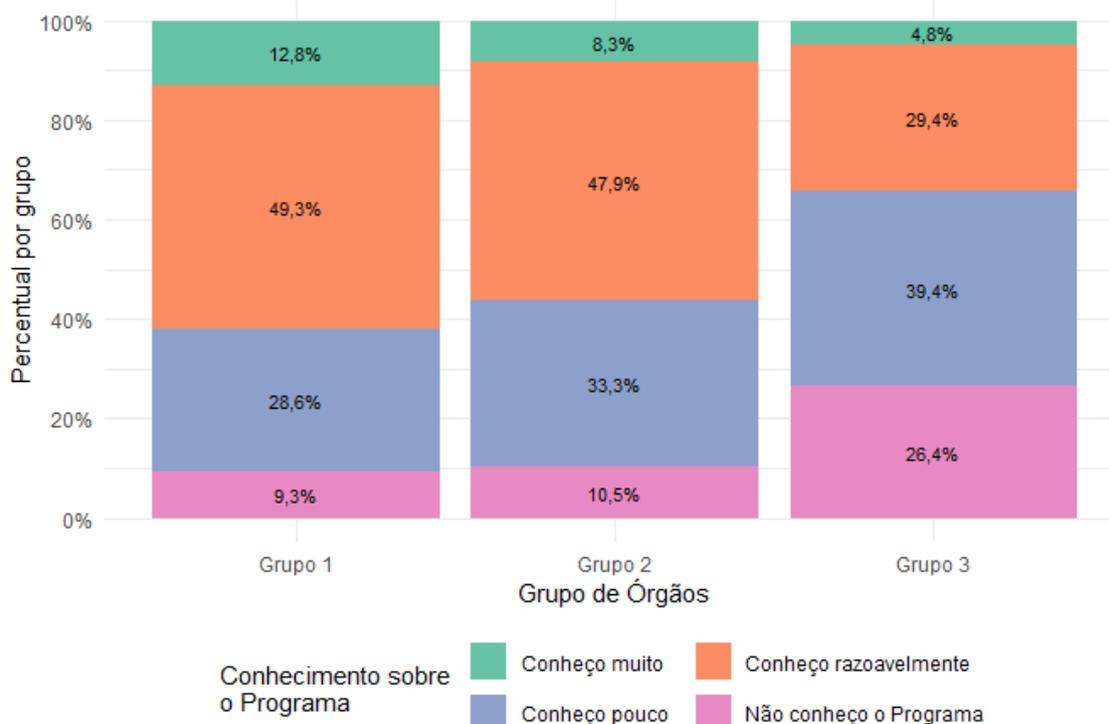


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Considerando o nível de conhecimento dos respondentes e o grupo de órgãos em que está lotado, Gráfico 7.2, percebe-se que a proporção de respondentes que indicaram conhecer muito o Programa no Grupo 1 foi de 12,8%, no Grupo 2 foi de 8,3% e no Grupo 3 (4,8%). Na outra ponta, em relação aos que não conhecem o Programa, enquanto os grupos 1 e 2 se mantiveram próximo dos 10%, o Grupo 3 teve uma proporção de 26,4% de respondentes que não Conheciam o Programa. Destaca-se que, o Grupo 3 corresponde aos grupos

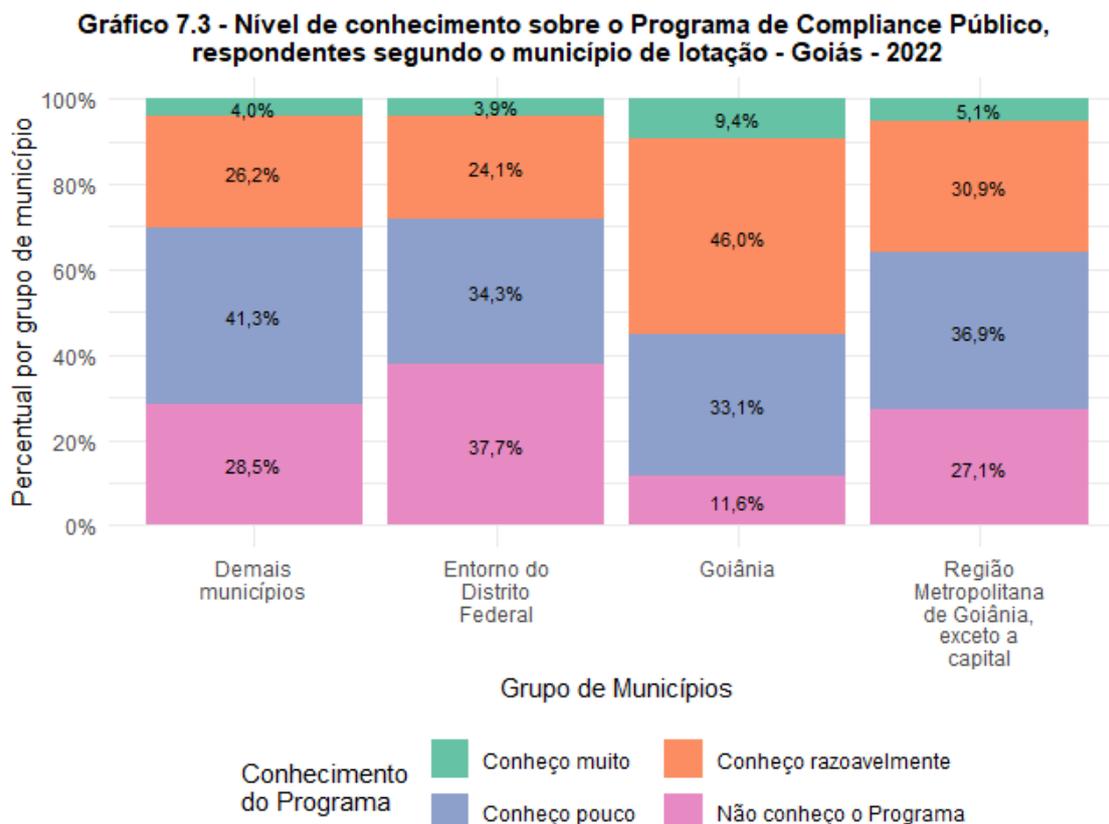
de órgão que possuem mais de 1.000 servidores, enquanto o Grupo 1 é composto dos órgãos com menos de 200 servidores.

Gráfico 7.2 - Nível de conhecimento sobre o Programa de Compliance Público, respondentes segundo o grupo de órgãos - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

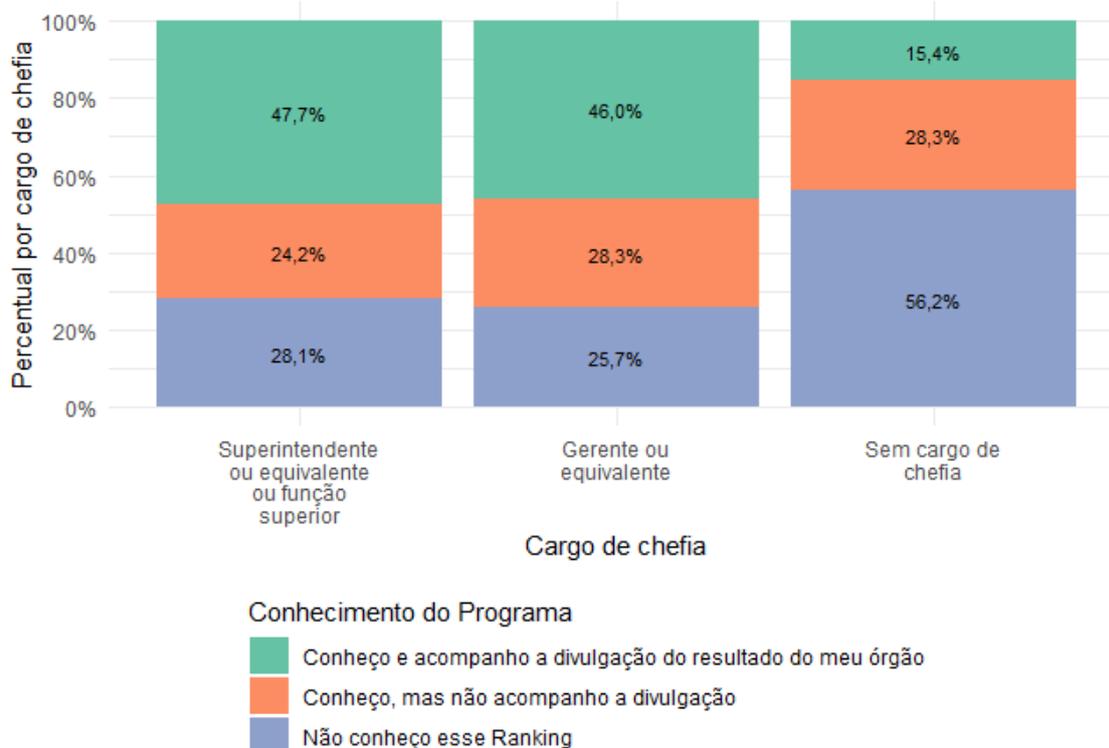
Os órgãos podem exercer suas atividades na administração pública de forma desconcentrada, sendo uma dessas formas é a geográfica. Assim, trouxe-se essa perspectiva de análise no Gráfico 7.3. Apenas 11,6% dos respondentes lotados em Goiânia não conhecem o Programa, enquanto nos demais grupos a participação dos que não conhecem fica acima dos 25%; Demais municípios (28,5%); Entorno do Distrito Federal (37,7%); e Região Metropolitana de Goiânia, exceto capital (27,1%). Indicando, entre os respondentes, que há uma maior disseminação do Programa na Capital.



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Outro relacionamento construído foi o conhecimento sobre o ranking do PCP por características funcionais. Sobre o conhecimento do ranking do PCP, no Gráfico 7.4, cruzou-se essa com os cargos de chefia. Os respondentes com cargos de chefia mantiveram proporções semelhantes, em que 71,9% dos superintendentes conheciam o ranking e os gerentes ou equivalentes (74,3%), enquanto apenas 43% dos servidores sem cargo de chefia que indicaram conhecer o ranking.

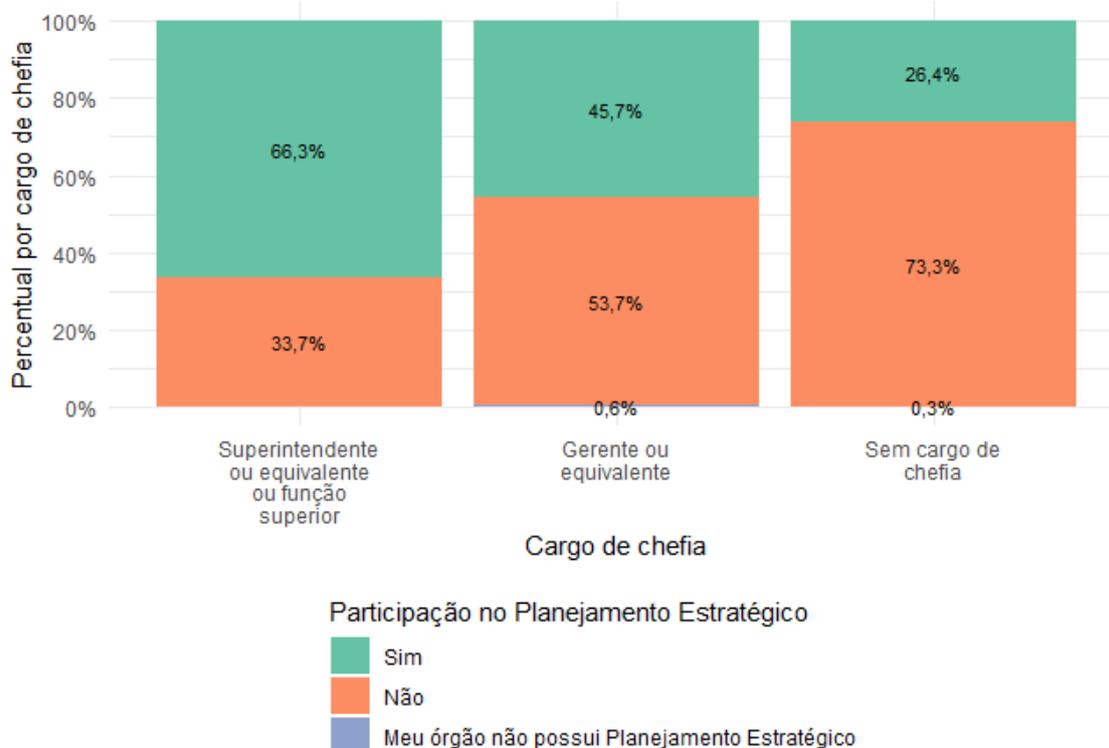
Gráfico 7.4 - Conhecimento sobre o Ranking do Programa de Compliance Público, respondentes segundo o grupo de cargo de chefia - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Um ponto relevante sobre o processo de organização, planejamento e direcionamento dos órgãos públicos, enquanto uma entidade com níveis hierárquicos e com grande número de servidores, são os Planejamentos Estratégicos. Assim, o Gráfico 7.5, considerando somente os respondentes que indicaram possuir Planejamento Estratégico em seu órgão, apresenta que quanto maior o nível hierárquico, maior é a proporção de participação no Planejamento Estratégico. Indicando que há espaço para aumentar a participação dos demais grupos nesse processo de planejar o futuro do órgão.

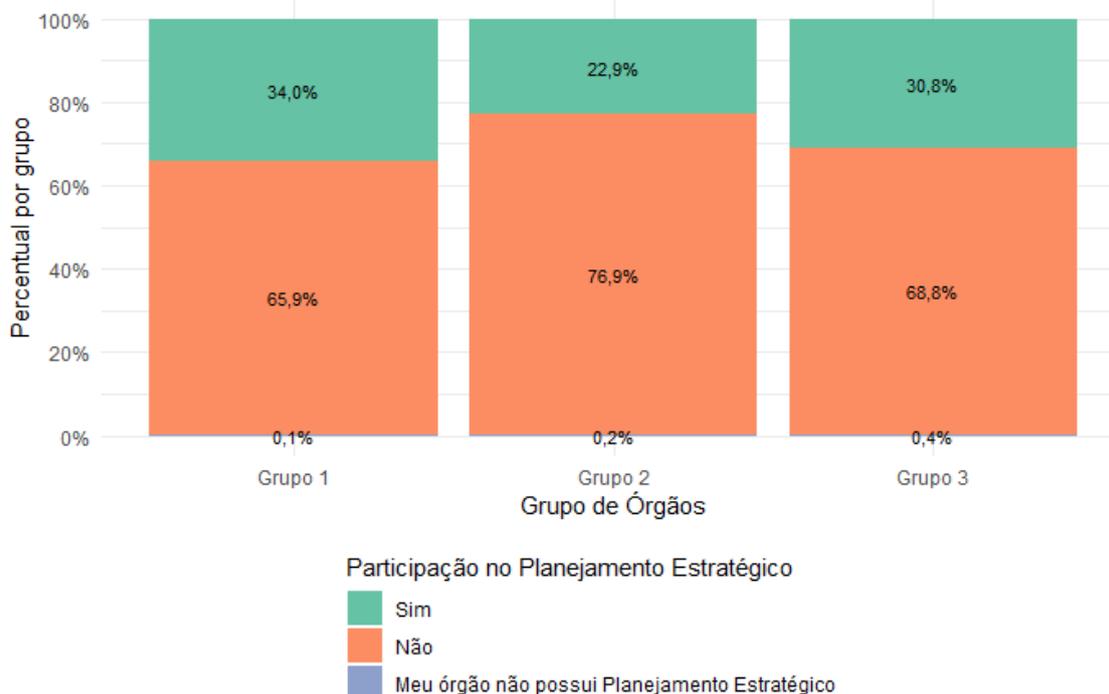
Gráfico 7.5 - Dos respondentes que indicaram possuir Planejamento Estratégico no Órgão, proporção de participação no Planejamento Estratégico segundo o cargo - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Quanto ao tamanho do órgão, considerando os que indicam possuir Planejamento Estratégico no órgão, o Grupo 1 teve 34% de respondentes que participaram na construção do Planejamento Estratégico, no Grupo 3 esse percentual foi de 31%. Porém, no Grupo 2 esse percentual foi menor, 23% (Gráfico 7.6).

Gráfico 7.6 - Dos respondentes que indicaram possuir Planejamento Estratégico no Órgão, Proporção de participação no Planejamento Estratégico segundo o grupo de órgão - Goiás - 2022

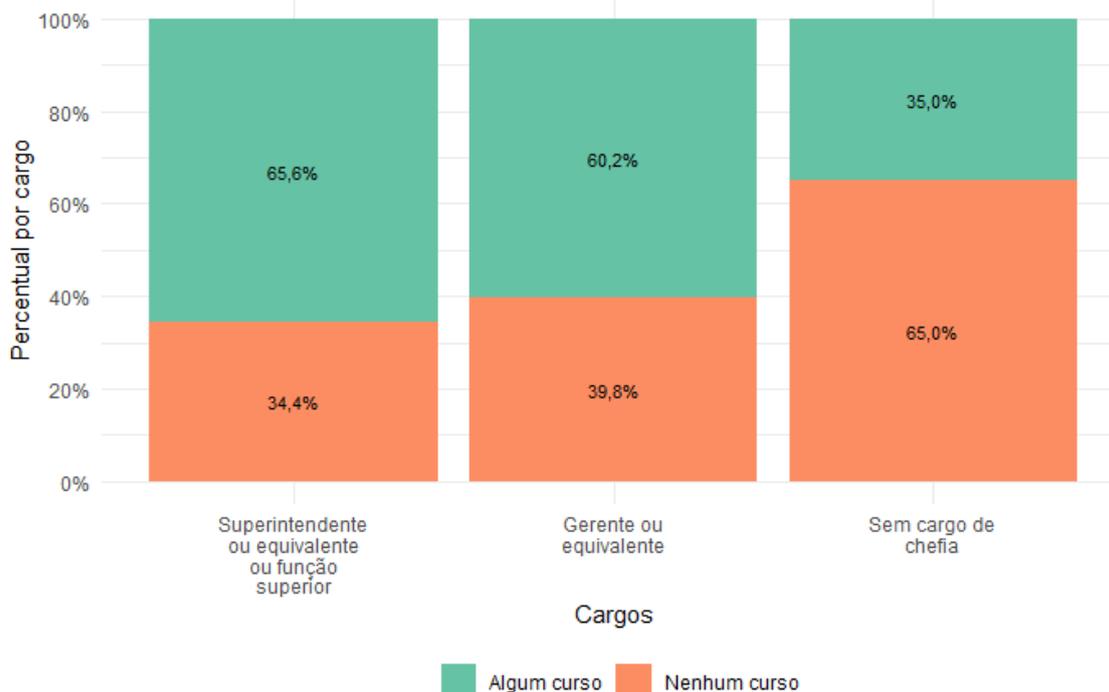


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

A fim de compreender um pouco mais sobre quem são os servidores que fazem os cursos na Escola de Governo, foi relacionado com as características de cargos de chefia e grupos de órgão. Percebe-se, no gráfico 7.7, que há uma maior participação dos respondentes em cargo de chefia realizando cursos na Escola de Governo. Quanto aos grupos de órgãos, há uma maior participação dos servidores respondentes que estão nos grupos 1 e 2 (Gráfico 7.8).

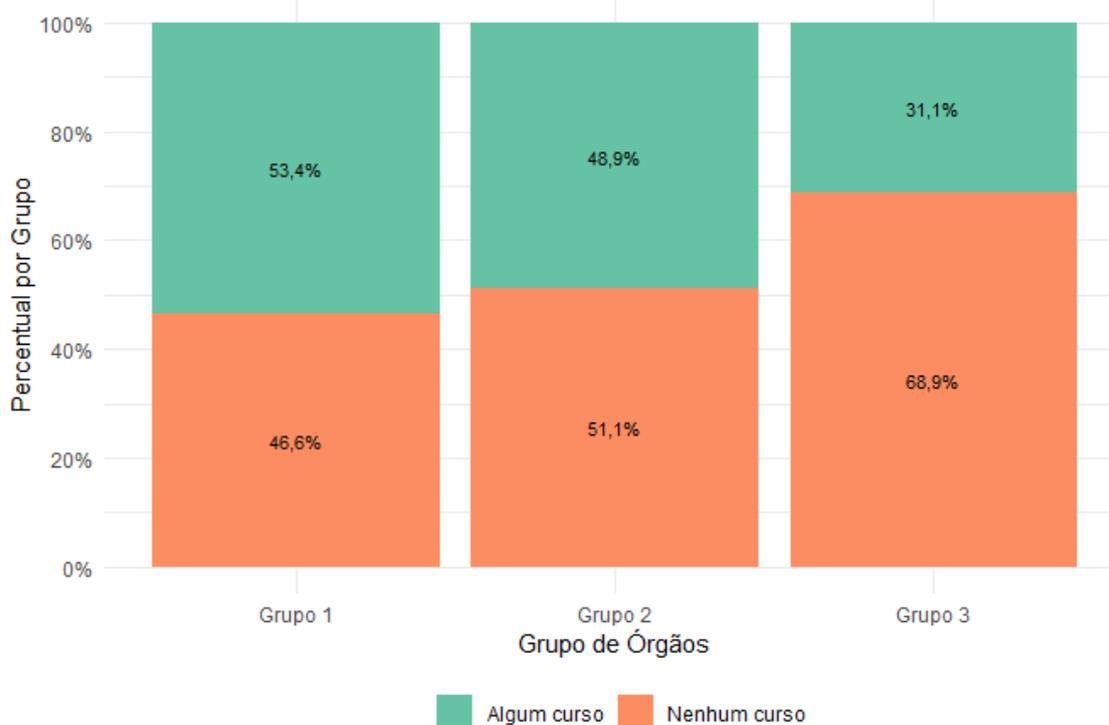


Gráfico 7.7 - Participação nos cursos da Escola de Governo, respondentes segundo o grupo de cargo de chefia - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

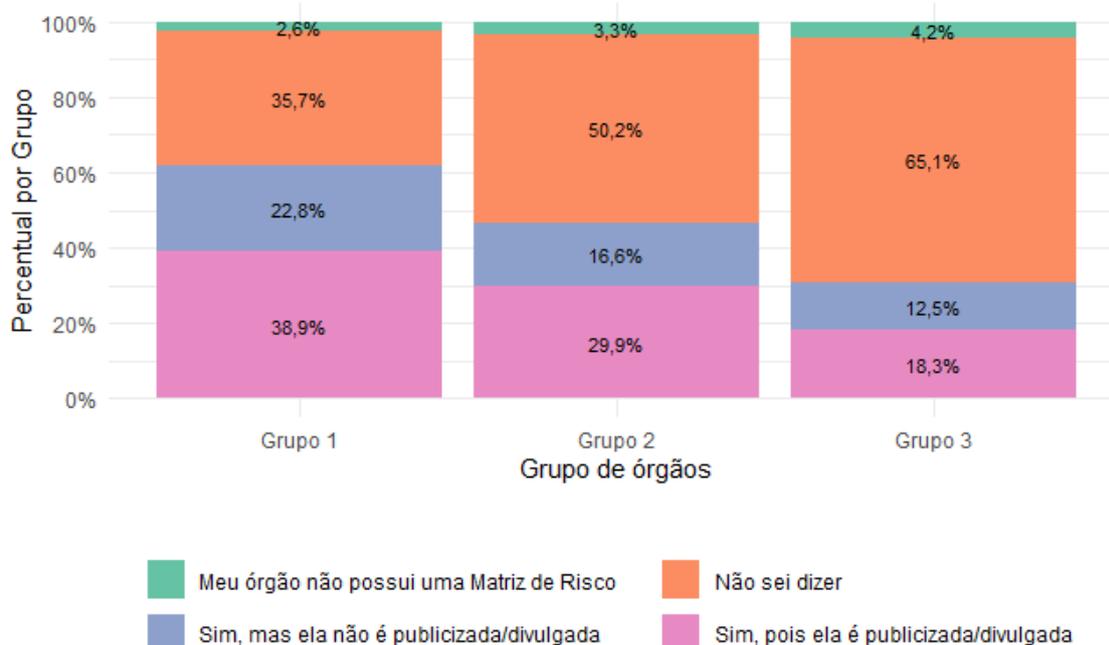
Gráfico 7.8 - Participação nos cursos da Escola de Governo, respondentes segundo o grupo de órgãos - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Sobre a gestão de risco, um aspecto caro ao PCP é o conhecimento e uso da matriz de risco. Assim, o Gráfico 7.9 cruzou o conhecimento sobre a existência da matriz de risco no órgão e o grupo de órgão dos servidores respondentes. Percebe-se que, quanto maior o órgão, maior a parcela dos respondentes que indicam não saber responder sobre a existência da matriz de risco no órgão.

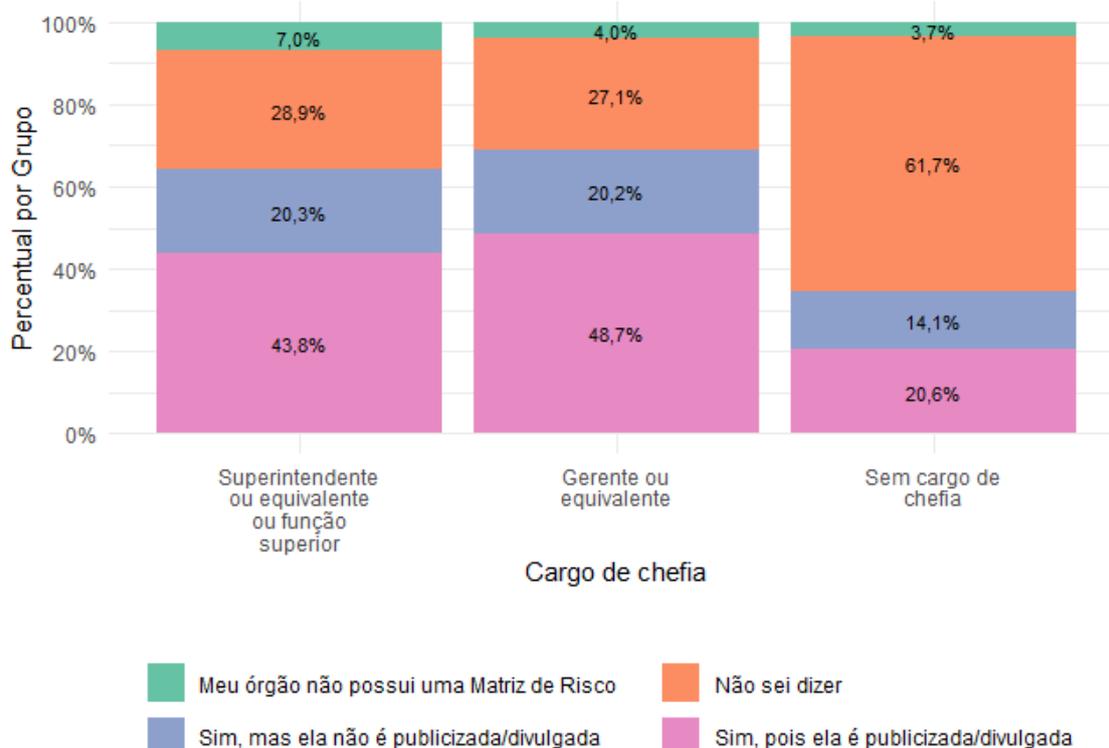
Gráfico 7.9 - Conhecimento sobre a Matriz de Risco, respondentes segundo o grupo de órgãos - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

De outra maneira, percebe-se que ao se relacionar com os cargos de chefia, há um maior conhecimento sobre a matriz de risco nos cargos de chefia. Mas, destaca-se que 27,1% dos gerentes respondentes e 28,9% dos superintendentes indicaram não saberem da existência de uma matriz de risco no órgão (Gráfico 7.10). Pode-se ser considerado um aspecto a ser refletido dado a importância da gestão de risco para o Programa de *Compliance* Público.

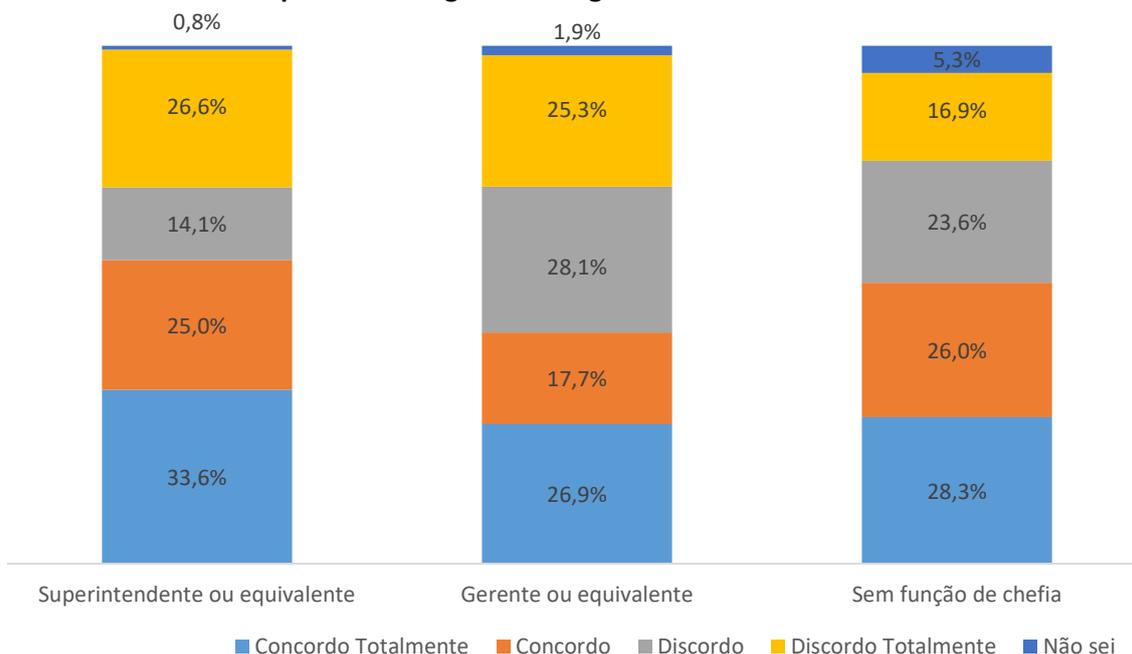
Gráfico 7.10 - Conhecimento sobre a Matriz de Risco, respondentes segundo o cargo de chefia - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Em conjunto à essa análise, quando se observa, no Gráfico 7.11, em que a maioria dos superintendentes concordam que o sigilo das informações públicas deve ser a regra, há um apontamento para ações visando a alteração desse pensamento na alta gestão.

Gráfico 7.11 - O sigilo das informações públicas deve ser seguido como regra, respondentes segundo o cargo de chefia - Goiás - 2022

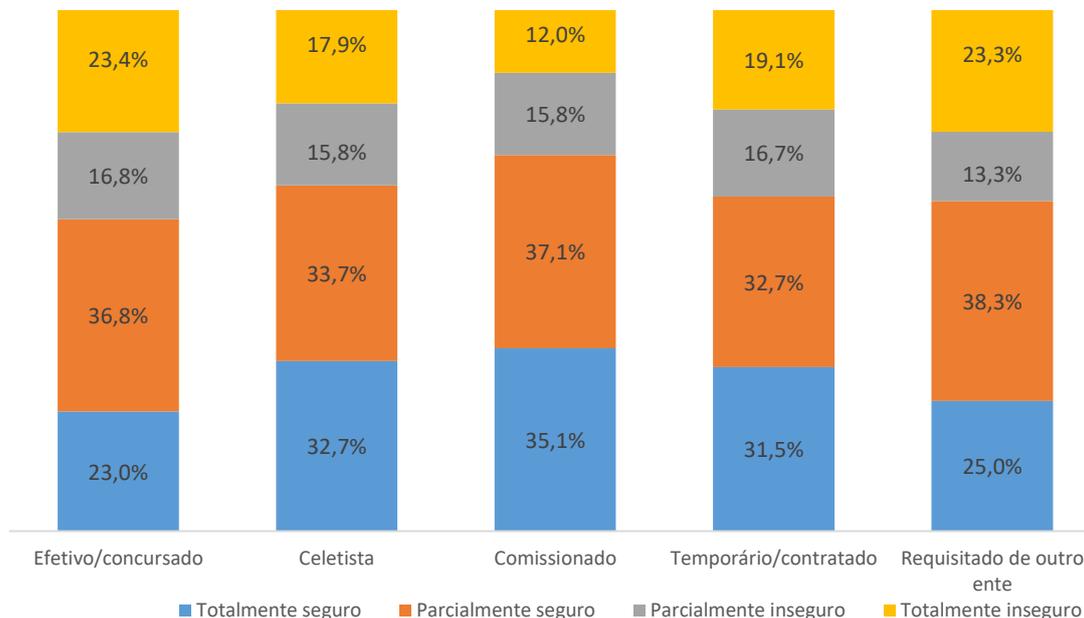


Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Do mesmo modo é preciso compreender o motivo dos servidores efetivos serem o grupo que menos se sentem seguros em denunciar algum ato irregular. Conforme atesta do Gráfico 7.12, 40% desses servidores sentem insegurança para manifestar a ocorrência de desvios na administração pública.

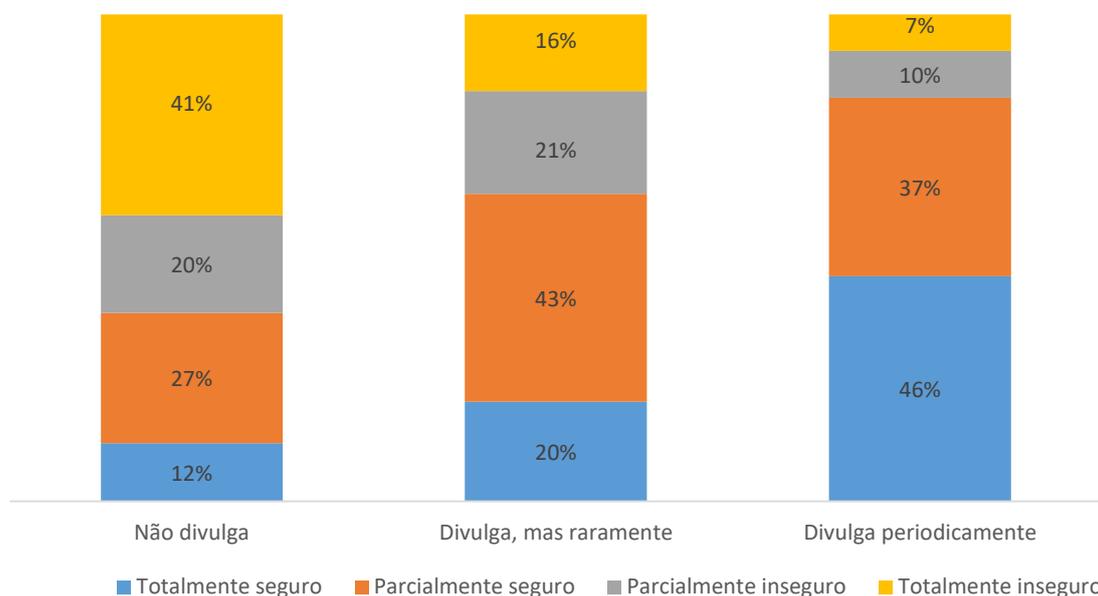
Gráfico 7.12 - Sentimento de segurança para realizar denúncia, segundo o vínculo dos respondentes - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Gráfico 7.13 revela que uma saída para o sentimento de insegurança, quando da necessidade de denúncia, é a divulgação de orientações sobre como agir diante das condutas irregulares. Verifica-se que nos órgãos onde existem essas orientações, o sentimento de segurança aumenta drasticamente. Nos órgãos nos quais a divulgação é periódica, o percentual de respondentes que afirmam se sentirem totalmente seguro em denunciar é de 46%.

Gráfico 7.13 - Sentimento de segurança para realizar denúncia segundo a divulgação de orientações aos servidores sobre procedimentos de como agir diante de condutas irregulares por parte do órgão do respondente - Goiás - 2022



Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Considerações Finais

Há, intrinsicamente, uma dificuldade na análise das pesquisas de opinião ou percepção. As inferências, ilações e as tentativas de compreender os resultados esbarram na complexidade que é penetrar na consciência humana. Além disso, os diferentes ambientes, os variados contextos e as díspares condições de vida e visões de mundo interferem na conformação das respostas dos entrevistados. Existem ainda os limites próprios das pesquisas que não abarcam a totalidade da população. Os respondentes sujeitam-se às dificuldades ou facilidades em conseguir acesso à pesquisa. Ainda que o meio de disseminação tenha sido pensado para abarcar todos os servidores, tal fato não ocorreu devido às limitações.

Destarte, os servidores que trabalham diretamente com computador, por exemplo, podem ter maior tendência em responder à pesquisa; do mesmo modo, os indivíduos que trabalham nas atividades fins, como os da Segurança Pública e da Educação em sala de aula podem ter maior dificuldade de acesso ao questionário. Essas características, e outras, podem transparecer nos resultados, por isso é necessário a prudência na interpretação das variáveis. O trabalho levou isso em conta

quando sempre indica que a informação em análise se limita aos respondentes, não fazendo nenhuma expansão para os servidores públicos estaduais como um todo.

Dito isso, os dados coletados nessa pesquisa de opinião revelam tendências, descortinam processos, desmascaram obviedades e, mais do que tudo, apontam caminhos. A análise descritiva dos resultados permite conhecer os atores envolvidos no heterogêneo e complexo fenômeno que se quer compreender. Nesse sentido, a informação de que de que a maioria dos servidores não participa da elaboração do Planejamento Estratégico de seu órgão, impele a ação para tentar reverter tal realidade.

É nessa premissa que se situa o presente trabalho. As informações aqui apresentadas têm suas limitações, todavia revelam um quadro apto a subsidiar os gestores do Programa de *Compliance* Público de Goiás na tomada de decisões. Trazem indicativos claros das tendências de alguns conceitos; tiram das sombras as necessidades de ações; abalam algumas certezas dantes tidas como sólidas; indicam direções no emaranhado novelo das possibilidades.

Além disso, os gráficos expostos aqui exaltam o trabalho já realizado pelo PCP, mesmo na impossibilidade da comparação com o quadro anterior à sua implantação. Evidenciam situações de servidores que compreendem a importância de temas como transparência, gestão de risco, ética e responsabilização para o bom andamento da administração pública. É exaltante perceber, ainda, que os servidores que realizaram cursos de ética, oferecidos dentro da certificação de *compliance* público, são os de melhor assimilação quanto à reprovabilidade de certas condutas. Do mesmo modo, entusiasmo verificar que onde há divulgação de orientações sobre a responsabilização, os servidores se sentem mais seguros em participar do processo de fiscalização da coisa pública.

A justificativa para uma pesquisa de opinião com os servidores públicos reside na certeza de que conhecer a opinião desses agentes, que são o objeto direto das atividades do PCP, é fundamental para a melhoria do processo de *compliance*. Por isso, acredita-se que esse trabalho, ao cumprir seu objetivo de trazer a percepção dos servidores públicos estaduais quanto ao PCP, serve de ferramenta para as tomadas de decisão dos gestores do Programa.

Bibliografia

ANDRADE, Lucinéia Aparecida Vieira de; MORAES, Marcel Barbosa. O uso do questionário como instrumento de pesquisa na análise da aplicabilidade do



compliance nas organizações públicas. Taubaté(SP): Latin American Journal of Business Management. v. 8, n. 2. jul-dez/2017.

BABBIE, Earl. Métodos de pesquisas de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BANCO MUNDIAL. Ética e Corrupção no Serviço Público Federal: A Perspectiva dos Servidores. 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/129401636585714972/pdf/C3%89tica-e-Corrupt%C3%A7%C3%A3o-no-Servi%C3%A7o-P%C3%BAblico-Federal-A-Perspectiva-dos-Servidores.pdf>

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Guia de integridade pública – orientações para a administração pública federal: direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2015.

GOIÁS. Decreto nº 9.406 de 18 de fevereiro de 2019. Institui o Programa de Compliance Público no Poder Executivo do Estado de Goiás e dá outras providências.

GOIÁS. Decreto nº 9.837 de 23 de março de 2021. Institui o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual.

GREGO, Ricardo Gambini. Avaliação do programa de integridade e Compliance do estado do Paraná: bienio 2019/2020. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel - PR, 2021.

GÜNTHER. Hartmut. Como Elaborar um Questionário. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

MELO, Valdir. Programas de Conformidade e a Busca de Integridade em Organizações. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Rio de Janeiro, 2019.

MESQUITA, C. B. C. de. O que é compliance público? Partindo para uma Teoria Jurídica da Regulação a partir da Portaria nº 1.089 (25 de abril de 2018) da Controladoria-Geral da União (CGU). Revista de Direito Setorial e Regulatório, Brasília, v. 5, n. 1, p. 147-182, maio 2019.



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.

Guia prático de gestão de riscos para a integridade: orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.

Guia prático de gestão de riscos para a integridade: orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.

Manual para implementação de programas de integridade: orientações para o setor público. Brasília, 2017.

MOURA, João Batista Ribas de. Os 4 riscos que fragilizam a gestão de riscos.

Revista do TCU, nº 141: Brasília, 2018

OLIVEIRA, Laize Almeida de; MARZZONI, David Nogueira Silva; FERREIRA,

Antônio Wairan da Silva. Percepção dos servidores públicos municipais acerca da institucionalização de um programa de compliance. Administração: Princípios de Administração e Suas Tendências - Volume 2. 2021. Disponível em: DOI - 10.37885/210504885.

PLISCOFF-VARAS, Cristian; LAGOS-MACHUCA, Nicolás. Effect of training on

reflection about ethics and corruption. Rio de Janeiro: Brazilian Journal of Public Administration. 55(4). Jul–Ago, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200658>.

VIOL, Dalia Martins. O Farol da Integridade Pública: Um Estudo de Caso sobre

o Programa de Integridade da CGU. Brasília: Revista da CGU. Volume 13. Nº 23, Jan-Jun 2021.

ANEXO I – Questionário

N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
1.1	Como você avalia seu conhecimento sobre o Programa de Compliance Público de Goiás?	<u>Conheço pouco</u> <u>Conheço razoavelmente</u> <u>Conheço muito</u> <u>Não conheço o Programa</u>	Resposta Única	
1.2	De acordo com o que você conhece, o Programa de Compliance Público de Goiás aborda: (Marque todas as opções que considerar adequadas)	<u>O ajustamento entre as leis e as condutas dos servidores públicos em geral</u> <u>A ética no serviço público</u> <u>O sistema de correição e responsabilização dos servidores públicos</u> <u>A transparência dos atos da administração pública</u> <u>A gestão de risco dos processos/ações/atividades públicos</u> <u>O fornecimento de cursos aos servidores sobre conformidade e integralidade nas atividades públicas</u> <u>Não sei o que o Programa aborda</u>	Resposta Múltipla	
1.3	De acordo com o que você conhece, qual é o órgão de coordenação geral no estado do Programa de Compliance Público de Goiás?	<u>Secretaria de Estado da Administração</u> <u>Secretaria de Estado da Economia</u> <u>Secretaria de Estado de Educação</u> <u>Secretaria de Estado de Governo</u> <u>Secretaria de Estado de Saúde</u> <u>Secretaria-Geral da Governadoria</u> <u>Controladoria-Geral do Estado</u> <u>Procuradoria-Geral do Estado</u> <u>Tribunal de Contas do Estado</u> <u>Não sei</u>	Resposta Única	
1.4	No setor onde você trabalha ocorrem ações do Programa de Compliance Público de Goiás?	<u>Sim e participo de uma ou mais atividades do Programa</u> <u>Sim, mas não participo das atividades do Programa</u> <u>Não ocorrem ações do Programa de Compliance no meu setor</u> <u>Não Sei</u>	Resposta Única	
1.5	Considerando seu conhecimento, qual a importância do Programa de Compliance Público de Goiás para a administração pública?	<u>Alta importância</u> <u>Moderada importância</u> <u>Pouca importância</u> <u>Nenhuma importância</u> <u>Não conheço o Programa</u>	Resposta Única	
1.6	Você tem conhecimento da existência do Escritório de Compliance Público (ou Secretaria Executiva ou similar) em seu órgão?	<u>Sim, sei que existe e recebo informes/relatórios/documentos das ações desenvolvidas</u> <u>Sim, sei que existe mas não recebo informes das ações desenvolvidas</u> <u>Não tenho conhecimento da existência</u>	Resposta Única	

N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
1.7	Você conhece o Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás?	<p>Conheço e acompanho a divulgação do resultado do meu órgão</p> <p>Conheço, mas não acompanho a divulgação</p> <p>Não conheço esse Ranking</p>	Resposta Única	
1.8	Como você avalia o Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás? (Marque as opções necessárias)	<p>Um instrumento de engajamento para disseminação dos temas do Compliance</p> <p>Uma burocracia que gera pressão sobre os servidores</p> <p>Um instrumento que direciona e mede a implementação das ações do Compliance</p> <p>Um mecanismo para gerar competição entre os órgãos</p> <p>Não conheço o Ranking do Programa de Compliance Público de Goiás</p>	Resposta Múltipla	
1.9	Qual o impacto do Programa de Compliance Público de Goiás sobre seu trabalho cotidiano?	<p>Não impactou meu trabalho</p> <p>Impactou para melhor</p> <p>Impactou para pior</p> <p>Não sei</p>	Resposta Única	
1.10	Você já realizou algum curso na Escola de Governo relacionado ao Programa de Compliance? Marque os eixos nos quais os cursos se enquadram:	<p>Eixo 1 - Ética</p> <p>Eixo 2 - Transparência</p> <p>Eixo 3 - Responsabilização</p> <p>Eixo 4 - Gestão de Risco</p> <p>Não participei de nenhum curso de Compliance</p>	Resposta Múltipla	
1.11	Seu órgão possui Planejamento Estratégico? Como você avalia sua divulgação?	<p>Possui Planejamento Estratégico e ele é bem divulgado</p> <p>Possui Planejamento Estratégico, mas ele não é bem divulgado</p> <p>Não sei</p> <p>Meu órgão não possui Planejamento Estratégico</p>	Resposta Única	
1.12	Você participou da elaboração do Planejamento Estratégico de seu órgão?	<p>Sim</p> <p>Não</p> <p>Meu órgão não possui Planejamento Estratégico</p>	Resposta Única	
2.1	Em 2021 o Estado de Goiás publicou o novo Código de Ética e Conduta dos servidores públicos estaduais de Goiás, você o conhece?	<p>Sim, inclusive já o li</p> <p>Sim, mas ainda não o li</p> <p>Não o conheço</p>	Resposta Única	
2.2	Por quais desses meios de disseminação utilizados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás você recebeu informações sobre o tema ética? (Marque as opções necessárias)	<p>Cursos</p> <p>Palestras</p> <p>Replicação/reprodução de conhecimento por colegas do trabalho</p> <p>Comunicação dos superiores hierárquicos</p> <p>Informativos recebidos por SEI/e-mail/mensagens</p> <p>Redes sociais</p>	Resposta Múltipla	

N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
		Banners/panfletos afixados nos murais dos órgãos Não recebi informações sobre o tema ética Outro: (campo aberto)		
2.3	Classifique cada proposição abaixo de acordo com sua percepção do nível ético, indo do menos reprovável (1) para o mais reprovável (5)	1. Alterar a ordem de atenção dos pedidos para priorizar a de um conhecido. 2. Distribuir desproporcionalmente o trabalho entre pessoas com as mesmas responsabilidades. 3. Solicitar um presente de um usuário do serviço público em troca de agilizar um procedimento. 4. Registrar o ponto e, em seguida, realizar tarefas pessoais. 5. Modificar as informações nos documentos de trabalho para obter um resultado desejado, mas incorreto. 6. Repassar informações institucionais confidenciais a amigos e/ou familiares. 7. Informar ao responsável pelo processo de licitação/contratação a candidatura de um prestador que seja amigo/familiar de forma a querer influenciar o resultado. 8. Usar a impressora institucional para fins pessoais. 9. Utilizar credenciais institucionais para tentar obter benefício pessoal.	Solicitou que classificasse as assertivas na seguinte escala: Menos reprovável (1), 2, 3, 4, Mais reprovável (5)	Pliscoff-Varas, Lagos-Machuca (2021), com adaptação.
3.1	Na sua opinião o Estado de Goiás atende aos requisitos de transparência exigido pela lei nº 18.025/2013 (Lei de Acesso à Informação – LAI Estadual)?	Atende totalmente à lei Atende em parte à lei Atende muito pouco à lei Não atende à lei Não sei dizer se atende ou não à lei de transparência	Resposta Única	
3.2	Avalie as seguintes declarações sobre o tema Transparência:	1. Não divulgar a agenda de trabalho da alta administração pública é aceitável. 2. O sigilo das informações públicas deve ser seguido como regra.	Solicitou que classificasse as assertivas na seguinte escala: Concordo Totalmente, Concordo, Discordo, Discordo Totalmente, Não sei	
3.3	Avalie as seguintes declarações acerca do serviço público estadual:	1. Meu órgão faz a divulgação dos resultados obtidos pelo menos uma vez ao ano. 2. O portal da Transparência do Estado de Goiás é um bom instrumento de controle social. 3. O Sistema de Ouvidoria contribui na resolução das irregularidades na	Solicitou que classificasse as assertivas na seguinte escala: Concordo Totalmente, Concordo, Discordo, Discordo Totalmente, Não sei	



N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
		administração pública do Estado de Goiás.		
3.4	Considere o seguinte cenário: você descobre um caso de corrupção envolvendo apenas servidor com cargo de mesma hierarquia que a sua, para qual desses setores encaminharia a denúncia? (Marque a que seria sua primeira opção)	<u>Meu superior imediato</u> <u>Ministério Público do Estado</u> <u>Ouvidoria Geral do Estado</u> <u>Ouvidoria Setorial do órgão</u> <u>Secretário(a) do órgão</u> <u>Tribunal de Contas do Estado</u> <u>Controladoria-Geral do Estado</u> <u>Setor de Recursos Humanos</u> <u>Não denunciaria</u> <u>Não saberia a qual setor me direcionar</u>	Resposta Única	
3.5	Quais os mecanismos abaixo seu órgão utiliza para a participação da sociedade na avaliação ou no processo decisório das políticas públicas do órgão:	<u>Consulta Pública</u> <u>Audiência Pública</u> <u>Pesquisa de satisfação</u> <u>Conselho com participação da sociedade civil</u> <u>Nenhum mecanismo</u> <u>Não sei informar</u> <u>Outro: (campo aberto)</u>	Resposta Única	Houve um equívoco no instrumento de coleta, a questão permitia resposta única, mas, originalmente, a opção deveria ser de múltipla marcação.
4.1	Caso você percebesse alguma irregularidade na administração pública do Estado de Goiás, se sentiria seguro para realizar uma denúncia?	<u>Totalmente seguro</u> <u>Parcialmente seguro</u> <u>Parcialmente inseguro</u> <u>Totalmente inseguro</u>	Resposta Única	
4.2	Seu órgão divulga orientações aos servidores sobre procedimentos de como agir diante de condutas irregulares, fraudes ou corrupção?	<u>Sim, periodicamente</u> <u>Sim, mas raramente</u> <u>Não divulga</u>	Resposta Única	
4.3	Você conhece o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado de Goiás – SISCOR/GO?	<u>Sim, já li ou fui informado sobre o Decreto nº 9.572/2019</u> <u>Sim, já ouvi falar</u> <u>Não conheço</u>	Resposta Única	
4.4	Avalie as seguintes declarações acerca do serviço público:	<u>1. A melhor forma de combater pequenos desvios do servidor público é a punição imediata.</u> <u>2. Prevenir é melhor que punir no combate à corrupção no serviço público.</u> <u>3. As sanções negativas (punição) são os melhores mecanismos de combate à corrupção.</u>	Solicitou que classificasse as assertivas na seguinte escala: Concordo Totalmente, Concordo, Discordo, Discordo Totalmente	
4.5	No caso do cometimento de infrações leves, o Estatuto dos Servidores Públicos preconiza a aplicação de advertência. Para você, qual das	<u>Processo Administrativo Disciplinar (PAD)</u> <u>Uma boa conversa com o superior</u> <u>Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)</u> <u>Sindicância</u>	Resposta Única	

N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
	opções abaixo seria uma alternativa adequada para o enfrentamento das infrações leves.	Não fazer nada, pois o Estado deveria focar em infrações médias e graves Não sei dizer		
4.6	Na sua opinião, quais das seguintes medidas são mais eficazes na redução da corrupção? (Marque NO MÁXIMO três opções)	Simplificar procedimentos administrativos Tornar as penas para os crimes de corrupção mais severas Reforçar o monitoramento das políticas públicas pela sociedade civil Publicar a declaração de bens e rendas de servidores com cargo de chefia Reduzir a impunidade Reforçar os mecanismos de prevenção Aprimorar o papel das instituições anticorrupção Tornar mais transparente as relações entre setor público e privado	Resposta Múltipla	Banco Mundial (2021), com adaptação
5.1	Você tem conhecimento se seu órgão possui processos/instrumentos para a gestão de risco?	Sim, inclusive participei da elaboração de algum dos processos/instrumentos de gestão de risco Sim, mas não participei da elaboração dos processos/instrumentos de gestão de risco Não existe política de gestão de risco em meu órgão Não sei dizer	Resposta Única	
5.2	O órgão no qual você trabalha possui uma Matriz de Risco?	Sim, pois ela é publicizada/divulgada Sim, mas ela não é publicizada/divulgada Meu órgão não possui uma Matriz de Risco Não sei dizer	Resposta Única	
5.3	5.3. Avalie as seguintes declarações sobre o tema da Gestão de Risco: [1. A gestão do órgão deve ser comprometida com o gerenciamento de risco.]	1. A gestão do órgão deve ser comprometida com o gerenciamento de risco. 2. A gestão de risco é incapaz de subsidiar os administradores na tomada de decisão. 3. A gestão de risco é capaz de diminuir a probabilidade de fraudes internas. 4. A gestão dos riscos é de responsabilidade restrita aos dirigentes do órgão.	Solicitou que classificasse as assertivas na seguinte escala: Concordo Totalmente, Concordo, Discordo, Discordo Totalmente	
5.4	5.4. Avalie as seguintes declarações acerca do serviço público estadual: [1. Meu órgão utiliza a gestão de risco para	1. Meu órgão utiliza a gestão de risco para melhorar os processos de trabalho. 2. A gestão do meu órgão conhece os fatores externos que podem impedir o cumprimento das metas planejadas	Solicitou que classificasse as assertivas na seguinte escala: Concordo Totalmente, Concordo,	

N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
	melhorar os processos de trabalho.]	3. Os dirigentes do meu órgão conhecem as habilidades, capacidades e competências básicas que contribuem para atingir os objetivos da organização.	Discordo, Discordo Totalmente, Não sei	
5.5	As ações de gerenciamento de risco contribuem para o seu trabalho?	<input type="checkbox"/> Contribuem muito <input type="checkbox"/> Contribuem pouco <input type="checkbox"/> Não contribuem para meu trabalho <input type="checkbox"/> Mais atrapalham que contribuem <input type="checkbox"/> Os riscos do meu trabalho não são gerenciados <input type="checkbox"/> Não sei dizer	Resposta Única	
5.6	Sobre o gerenciamento de risco de seu órgão, quais das opções melhor resume os efeitos em seu trabalho? (Marque as opções necessárias)	<input type="checkbox"/> Melhorou a tomada de decisão <input type="checkbox"/> Melhorou o alinhamento entre atividades e o Planejamento Estratégico <input type="checkbox"/> Os controles administrativos internos foram aprimorados <input type="checkbox"/> Aumentou a burocracia <input type="checkbox"/> Elevou a carga de trabalho <input type="checkbox"/> Contribuiu na eficiência operacional do trabalho <input type="checkbox"/> Não percebi efeitos da gestão de risco	Resposta Múltipla	
5.7	No seu entendimento, os riscos diagnosticados podem ser (Marque a opção que considerar a melhor):	<input type="checkbox"/> Um problema que deve ser eliminado <input type="checkbox"/> Uma oportunidade para a implantação de melhorias <input type="checkbox"/> Uma fragilidade a ser superada para bem do órgão <input type="checkbox"/> Um ponto de inflexão para mudança de rumo na gestão do órgão	Resposta Única	
5.8	Na sua concepção, quais os efeitos que a implementação da gestão de risco trouxe para seu órgão: (Marque as opções necessárias)	<input type="checkbox"/> Economia de recurso <input type="checkbox"/> Aumento de gasto <input type="checkbox"/> Desenvolvimento profissional dos servidores <input type="checkbox"/> Sobrecarga de trabalho <input type="checkbox"/> Identificação de oportunidades de melhoria <input type="checkbox"/> Aumento da burocracia <input type="checkbox"/> Ganho de produtividade <input type="checkbox"/> Perda de tempo com reuniões <input type="checkbox"/> Aumento do cumprimento dos prazos estabelecidos <input type="checkbox"/> Não houve implantação de gestão de risco no meu órgão <input type="checkbox"/> Não sei dizer	Resposta Múltipla	
6.1	Qual sua escolaridade?	<input type="checkbox"/> Fundamental <input type="checkbox"/> Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado	Resposta Única	

N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
		Doutorado		
6.2	Qual a escolaridade exigida para seu cargo	Fundamental Médio Superior Especialização Mestrado Doutorado Não sei	Resposta Única	
6.3	Qual seu vínculo com o serviço público estadual de Goiás?	Efetivo/concursado/estatutário Celetista Comissionado Temporário/contratado Requisitado de outro ente federativo Outro: (campo aberto)	Resposta Única	
6.4	Atualmente, você exerce função de chefia no governo estadual?	Não Gerente ou equivalente Superintendente ou equivalente ou função superior	Resposta Única	
6.5	Em qual das áreas abaixo você exerce sua função, escolha a que melhor se enquadrar:	Licitação Contratos Folha de Pagamentos Outra	Resposta Única	
6.6	Das opções abaixo, qual retrata melhor seu local de trabalho?	Ambiente de escritório ou similar (em mesa, baia, balcão etc.) Sala de aula Unidade prisional Unidade hospitalar Ambiente aberto	Resposta Única	
6.7	Você participa da elaboração de políticas públicas em seu órgão?	Sim Não	Resposta Única	
6.8	Qual sua idade, em anos?	(campo aberto)	Resposta Única	
6.9	Quanto tempo de trabalho você possui no serviço público, em anos?	(campo aberto)	Resposta Única	
6.10	Qual o seu gênero?	Feminino Masculino Outro: (campo aberto)	Resposta Única	
6.11	Seguindo a classificação do IBGE para raça/cor, em qual das opções abaixo você se enquadra?	Amarela Branca Indígena Parda Preta	Resposta Única	
6.12	Qual o município onde está lotado?	Goiânia Região Metropolitana de Goiânia, exceto a capital (Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova	Resposta Única	



N.	Pergunta/Descrição	Atributos/Assertivas	Mecanismo de resposta	Observação/Referência
		<p>Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás, Trindade)</p> <hr/> <p>Entorno do Distrito Federal (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa)</p> <hr/> <p>Demais municípios, exceto Região Metropolitana de Goiânia e Entorno do Distrito Federal</p>		
6.13	Separamos as organizações públicas por grupos, em qual grupo localiza seu órgão?	<p>Grupo 1 – Agehab, AGR, Casa Civil, Ceasa, CGE, Fapeg, GoiasFomento, GoiasParcerias, Goiasprev, GoiasTelecom, GoiasTurismo, Juceg, Seapa, Secom, Secretaria da Retomada, Segov, SIC, Vice Governadoria.</p> <hr/> <p>Grupo 2 – Agência Brasil Central, Agrodefesa, Casa Militar, Codego, Emater, Goinfra, Ipasgo, Metrobus, PGE, Secult, Secretaria de Esporte e Lazer, SEDI, SEDS, Semad, SGG.</p> <hr/> <p>Grupo 3 – Corpo de Bombeiros Militar, Detran, DGAP, DGPC, Polícia Militar, SEAD, Secretaria da Economia, Secretaria da Segurança Pública, Seduc, Saneago, Secretaria da Saúde, UEG.</p>	Resposta Única	
6.14	Em qual das faixas abaixo se enquadra seu atual rendimento bruto em reais (R\$)?	<p>Até 1.212,00</p> <hr/> <p>De 1.213,00 a 3.000,00</p> <hr/> <p>De 3.001,00 a 5.500,00</p> <hr/> <p>De 5.501,00 a 8.000,00</p> <hr/> <p>De 8.001,00 a 12.000,00</p> <hr/> <p>De 12.001,00 a 20.000,00</p> <hr/> <p>Acima de 20.000,00</p>	Resposta Única	

ANEXO II

Frequência absoluta e relativa dos grupos utilizados no tópico 7. Relacionamento entre variáveis de alguns resultados.

Tabela A.II.1 - Frequência de respondentes por grupo de chefia - Goiás - 2022

Grupos de Chefia	Qtd.	%
Superintendente ou equivalente ou função superior	128	1,9%
Gerente ou equivalente	643	9,3%
Sem cargo de chefia	6137	88,8%
Total	6908	100,0%

Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Tabela A.II.2 - Frequência de respondentes por grupo de órgãos - Goiás - 2022

Grupo de Órgãos	Qtd.	%
Grupo 1 – Agehab, AGR, Casa Civil, Ceasa, CGE, Fapeg, GoiásFomento, GoiásParcerias, Goiásprev, GoiásTelecom, GoiásTurismo, Juceg, Seapa, Secom, Secretaria da Retomada, Segov, SIC, Vice Governadoria.	1.009	14,6%
Grupo 2 – Agência Brasil Central, Agrodefesa, Casa Militar, Codego, Emater, Goinfra, Ipasgo, Metrobus, PGE, Secult, Secretaria de Esporte e Lazer, SEDI, SEDS, Semad, SGG.	1.380	20,0%
Grupo 3 – Corpo de Bombeiros Militar, Detran, DGAP, DGPC, Polícia Militar, SEAD, Secretaria da Economia, Secretaria da Segurança Pública, Seduc, Saneago, Secretaria da Saúde, UEG.	4.519	65,4%
Total	6.908	100,0%

Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Tabela A.II.3 - Frequência de respondentes por grupo de municípios - Goiás - 2022

Grupo de Municípios	Qtd.	%
Demais municípios, exceto Região Metropolitana de Goiânia e Entorno do Distrito Federal	2.633	38,1%
Entorno do Distrito Federal (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa)	332	4,8%
Goiânia	3.290	47,6%
Região Metropolitana de Goiânia, exceto a capital (Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás, Trindade)	653	9,5%
Total	6.908	100,0%

Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Tabela A.II.4 - Frequência de respondentes por grupo de municípios - Goiás - 2022

Tipo de vínculo	Qtd.	%
Celetista	514	7,4%
Comissionado	806	11,7%
Efetivo/concursado/estatutário	3.703	53,6%
Requisitado de outro ente federativo	60	0,9%
Temporário/contratado	1.825	26,4%
Total	6.908	100,0%

Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Tabela A.II.5 - Frequência de respondentes por sentimento de segurança para realizar denúncia - Goiás - 2022

Caso você percebesse alguma irregularidade na administração pública do Estado de Goiás, se sentiria seguro para realizar uma denúncia?	Qtd.	%
Totalmente seguro	1.893	27,4%
Parcialmente seguro	2.456	35,6%
Parcialmente inseguro	1.142	16,5%
Totalmente inseguro	1.417	20,5%
Total Geral	6.908	100,0%

Fonte: Pesquisa de Opinião sobre o PCP/2022.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

